

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **Mandato 2017-2021** -----

----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM VINTE E SETE DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E DEZOITO** -----

----- **ATA NÚMERO QUARENTA E QUATRO** -----

----- Aos vinte e sete dias do mês de novembro de dois mil e dezoito, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo oitavo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos, vigésimo quinto e trigésimo sétimo do seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, nº 14, em Lisboa, em Sessão Extraordinária, sob a presidência do Presidente em Exercício, Excelentíssimo Senhor Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, coadjuvado pela Excelentíssima Senhora Patrocínia da Conceição Alves Rodrigues Vale César e pela Excelentíssima Senhora Maria Virgínia Martins Laranjeira Estorninho, respetivamente Primeira Secretária em Exercício e Segunda Secretária. ----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Aline Gallash Hall de Beuvink, Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Maria de Campo Pedroso Mateus, Ana Maria Gaspar Marques, António Manuel Pimenta Prôa, António Modesto Fernandes Navarro, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Carla Cristina Ferreira Madeira, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Davide Miguel Santos Amado, Diogo Feijóo Leão Campos Rodrigues, Fernando Garcia Lopes Correia, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Francisco Américo Maurício Domingues, Francisco José Nina Martins Rodrigues dos Santos, Graciela Lopes Valente Simões, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Miguel Mateus Gaspar, Inês Drummond Ludovice Mendes Gomes, Isabel Cristina Rua Pires, Joana Margarida Durão Ferreira Alegre Duarte, João Diogo Santos Moura, João Luis Valente Pires, Jorge Manuel Jacinto Marques, José Alberto Ferreira Franco, José António Barbosa Borges, José António Cardoso Alves, José Luis Sobreda Antunes, José Manuel Rodrigues Moreno, José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão, Luis Filipe da Silva Monteiro, Luis Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Margarida Isabel Paulino Bentes Penedo, Maria Alexandra Almeida da Cunha Cordeiro da Mota Torres, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luisa de Aguiar Aldim, Maria Simonetta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Teresa Craveiro Pereira, Mário Jorge Paulino de Oliveira de Almeida Patrício, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Patricia Carla Serrano Gonçalves, Paula Inês Alves de Sousa Real, Paulo Jorge Velez Muacho, Raúl Jorge Gouveia da Silva Santos, Rodrigo Maria Santos de Mello Gonçalves, Rui Pedro Costa Lopes, Silvino Esteves Correia, Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado, Pedro Miguel Tadeu Costa, Maria Capitolina Saraiva de Almeida Marques, Elisete da Ascensão

Esteves de Andrade, António Miguel Silva Avelãs, Humberto Luis Rosado Cabral da Silveira, Sandra Cristina Andrade Carvalho, Ana Margarida Mota Vieira da Silva de Moraes, Susana Maria da Costa Guimarães, Luís Duarte de Albuquerque Carreira, Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira, Henrique João Tavares Frias, Sá e Melo, João Carlos de Sousa Pereira, Mário Nelson Moraes Freitas, Gonçalo Vassalo Moita, Gabriel Maria Simplício Baptista Fernandes e Rosa Maria Carvalho da Silva. --

----- Faltou à reunião o seguinte Deputado Municipal:-----

----- Fábio Martins de Sousa.-----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- José António Nunes do Deserto Videira (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Susana Maria da Costa Guimarães. -----

----- Pedro Delgado Alves (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Lumiar, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Henrique João Tavares Frias Sá e Melo.-----

----- Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Campo de Ourique, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Pedro Miguel Tadeu Costa. -----

----- André Nunes de Almeida Couto (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Campolide, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira.-----

----- Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Olivais, por um dia, tendo sido substituída pelo substituto legal Deputado Municipal Luís Duarte de Albuquerque Carreira.-----

----- Sofia Oliveira Dias Figueiredo (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Penha de França, por um dia, tendo sido substituída pelo substituto legal Deputada Municipal Maria Capitolina Marques.-----

----- Augusto Miguel Gama (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Ana Margarida Moraes. -----

----- Carlos Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Rosa Maria Carvalho da Silva. -----

----- Maria Cristina Castel-Branco Alarcão Júdice (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Gabriel Maria Baptista Fernandes. -----

----- João Maria Condeixa (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Gonçalo Maria Vassalo Moita.-----

----- Ana Margarida de Carvalho (PCP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal João Carlos Pereira.-----

----- Ricardo Moreira (BE), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Sandra Cristina Andrade Carvalho. -----

----- Rita Calvário (BE), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Humberto Luís Rosado Cabral da Silveira. -----

----- José Inácio Faria (MPT), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Mário Nelson Morais Freitas. -----

----- Helena Roseta (IND), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Elisete Andrade. -----

----- Miguel Graça (IND), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal António Avelãs. -----

----- A Câmara esteve representada pelos Senhores Vereadores: Catarina Vaz Pinto Manuel Grilo e Floresbela Pinto. -----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição João Pedro Gonçalves Pereira, Maria Conceição Zagalo, Nuno Correia da Silva, Orísia Roque e João Pedro de Abreu Costa. -----

----- Às quinze horas e quinze minutos, constatada a existência de quórum, **o Senhor Presidente da Assembleia em Exercício**, declarou aberta a reunião. -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhoras e Senhores Deputados, já temos quórum, agradeceia que se pudessem sentar, também na bancada da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Senhores e Senhoras Assesores, também para saírem do recinto dos Deputados para iniciarmos os nossos Trabalhos. -----

----- Dar-vos conta em especial aos Representantes dos Grupos Municipais que fomos informados pelo Gabinete do Senhor Presidente da Câmara que a representação da Câmara Municipal na Sessão de hoje é assegurada pela Senhora Vereadora Catarina Vaz Pinto. -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra prosseguiu: -----

----- “Temos um Voto de Pesar que foi apresentado pelo Partido Social Democrata e eu vou dar a palavra à Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho, para proceder à leitura do voto e agradeceia mais uma vez, e não façam repetir, Senhoras e Senhores Deputados que se pudessem sentar porque já iniciámos os nossos Trabalhos, Senhores Vereadores também para se sentarem. -----

----- Vamos passar à leitura do Voto de Pesar, agradeceia o vosso silêncio.” -----

----- **Voto de Pesar nº 044/01 (PSD) – Voto de Pesar Pelo Falecimento de Yuri Luís;** -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra leu o Voto de Pesar: -----

----- “Yuri Luís, um jovem com a tenra idade de 22 anos, cuja vida adulta tinha agora iniciado, faleceu tragicamente, no passado dia 23 de Novembro, vítima de homicídio na zona de diversão noturna das Docas. -----

----- Residente no Bairro da Picheleira, freguesia do Beato, era colaborador no Projecto - Sementes a Crescer, uma parceira do Clube Intercultural Europeu e da Junta de Freguesia do Beato. -----

----- Atleta de excelência da Associação Desportiva e Cultural da Encarnação e Olivais (ADCEO), foi formado no Vitória Clube de Lisboa, clube no qual o pai é treinador na área de formação. -----

----- Filho de dois marchantes de referência da Marcha Popular do Alto do Pina, também ele representou este Bairro nas Festas de Lisboa, ajudando assim desta forma a renovar e elevar esta tradição cultural e popular das mais representativas da identidade da cidade de Lisboa. -----

----- Deixa um vazio e saudade nos seus pais, família e amigos, e também pelas instituições associativas que representou. -----

----- Neste sentido, o Grupo Municipal do PSD, propõe à Assembleia Municipal de Lisboa, que delibere na sua sessão extraordinária de 27 de Novembro de 2018. -----

----- - Prestar homenagem ao Yuri Luís, guardando um minuto de silêncio em sua memória; -----

----- Este Voto deverá ser enviado à sua Família.” -----

----- (O Partido Socialista subscreve este Voto de Pesar) -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada. Senhoras e Senhores Deputados vamos votar este Voto de Pesar.” -----

----- **Voto de Pesar nº 44/01 (PSD) pelo falecimento de Yuri Luís**, não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM, 8IND. O **Voto de Pesar nº 44/01** foi aprovado **por unanimidade**. -----

----- (Neste momento fez-se um minuto de silêncio no Plenário) -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Dando continuidade aos nossos trabalhos, temos para votação a Ata número 29 correspondente à Sessão realizada no dia 10 de julho de 2018.” -----

----- **PONTO 1 - APROVAÇÃO DA ATA Nº 29 DE 10.07.2018;** -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhoras e Senhores Deputados, depois já se podem deslocar, vamos só proceder a esta votação, agradecia que se sentassem. -----

----- Quem vota contra a **ATA número 29**? Não registámos votos contra, também não registamos abstenções. A **ATA número 29 de 10 de julho** de 2018 é aprovada por **unanimidade**. -----

----- E a Ata refletirá a não participação na votação dos Deputados Municipais que estiveram ausentes desta sessão. -----

----- De forma a dar cumprimento ao disposto no DL. n.º 4/2015, de 07 de Janeiro, que aprova o novo Código de Procedimento Administrativo, mais precisamente no n.º 3

do seu artigo 34.º, não participaram na votação da Ata 29, os Senhores Deputados Municipais que abaixo se referenciam, em virtude de não terem estado presentes na reunião a que a mesma respeita. -----

----- Ata n.º 29, Sessão Extraordinária, realizada em dez de julho dois mil e dezoito, não estiveram presentes os seguintes Senhores Deputados Municipais: Hugo Miguel Mateus Gaspar (PS), Joe António Cardoso Alves (PS), Maria Capitolina Marques (PS), Maria Cândida Cavaleiro Madeira (PS), Henrique João Sá e Melo (PS), Fernando Manuel Braamcamp (PSD), Vasco Morgado (PSD), Rosa Maria Carvalho da Silva (PSD), Margarida Bentes Penedo (CDS-PP), Gonçalo Vassalo Moita (CDS-PP), Gabriel Baptista Fernandes (CDS-PP), João Carlos Sousa Pereira (PCP), Humberto Cabral da Silveira (BE), Sandra Cristina Carvalho (BE), Raúl Santos (MPT), Mário Freitas (MPT), José Franco (IND), Elisete Esteves de Andrade (IND) e António Avelãs (IND). -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos passar ao ponto 2 da Ordem de Trabalhos. -----

----- **PONTO 2- APRECIACÃO DA PETIÇÃO 28/2018 – PELO ALARGAMENTO PARA 23 DO NÚMERO DE MARCHAS A CONCURSO NAS MARCHAS POPULARES DE LISBOA, NOS TERMOS DA PETIÇÃO E AO ABRIGO DO ARTIGO 85º DO REGIMENTO; 1,5 X GRELHA BASE: 51 MINUTOS, A QUE ACRESCEM 10 MINUTOS PARA OS PRIMEIROS SUBSCRITORES;** -----

----- Parecer da 7ª Comissão Permanente; -----

----- **Recomendação 044/01 (7ª CP);** -----

----- **Recomendação 044/03 (DM IND Rui Costa);** -----

----- (A Petição 28/2018 foi anexada e esta Ata, como **Anexo I** e dela faz parte integrante) -----

----- (O Parecer da 7ª CP foi anexado a esta Ata, como **Anexo II** e dela faz parte integrante) -----

----- (A Recomendação 44/01 (7ª CP) foi anexado a esta Ata, como **Anexo III** e dela faz parte integrante) -----

----- (A Recomendação 44/03 (DM IND Rui Costa) foi anexado a esta Ata, como **Anexo IV** e dela faz parte integrante) -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Quem irá apresentar a Petição será a Senhor Isabel Mendes, que terá 10 minutos para o efeito, temos um Parecer da 7ª Comissão Permanente, cujo Deputado Relator é o Deputado José Borges, temos também uma Recomendação 44/01 oriunda da 7ª Comissão Permanente e uma Recomendação 44/03 sobre a mesma matéria apresentada pelo Deputado Municipal Independente Rui Costa e, portanto, são estes os documentos em discussão e depois que serão votados. -----

----- Naturalmente as inscrições, como habitual, agradeço que as façam via telefone para a Senhora Primeira Secretária em Exercício. -----

----- Vamos dar a palavra à Senhora Isabel Mendes. Não é a Senhor Isabel Mendes? ---
----- Já agora agradeço que me diga o nome para ficar, o Senhor Filipe Rocha”-----
----- **O Senhor Representante dos Peticionários:**-----
----- “O meu nome é Filipe Rocha e estou em representação da Isabel.”-----
----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra
fez a seguinte intervenção: -----
----- “Muito bem, então fica registados e devidamente identificado, a contrario da
indicação que nos tinha sido transmitida pelos Serviços. -----
----- Tem a palavra 10 minutos, ao nono minuto eu dar-lhe-ei sinal para se encaminhar
para a conclusão. Muito obrigado.”-----
----- **O Senhor Peticionário, Filipe Rocha:** -----
----- “Muito boa tarde Digníssimo Presidente em Exercício, Doutor Rui Paulo
Figueiredo, Senhores Vereadores, Senhores Deputados. -----
----- Hoje a Comissão de Moradores de São Domingos de Benfica vem a esta
Assembleia solicitar o alargamento de 20 para 23, o número de marchas a concurso
nas marchas populares. -----
----- Sabemos que existem algumas questões que são levantadas, mas este nosso
pedido talvez a mais pertinente, se foque na existência da representatividade de todas
as Freguesias no concurso. -----
----- Existia outra questão que foi levantada, que era para quê avançar este
alargamento quando esta mesma Assembleia aprovou um Regulamento que irá entrar
em vigor este ano? A resposta a esta pergunta é que agora é o momento exato para
travar a aplicação deste Regulamento, uma vez que o mesmo apenas permite que
entrem em concurso 17 Marchas, efetivas e entrada de 3 novas Marchas. -----
----- Este alargamento iria possibilitar a participação de todas as Freguesias, num dos
maiores eventos que é a cidade alberga!-----
----- Não foram colocadas em causa questões financeiras, ou problemas de
alargamento televisivo, até porque esta é a noite em que a RTP tem mais audiências
no ano inteiro. -----
----- A nossa entrada no ano passado, sendo a primeira vez efetuada por esta
organização, tivemos algumas dificuldades que foram limadas e com o voltar a entrar
este ano iria permitir que conseguíssemos colmatar todas as falhas identificadas no
Relatório de Avaliação. -----
----- Porquê esta loucura? Porque todos amamos fazer parte desta festa da Cidade!
Todas as Freguesias, todas as casas, os nossos melhores amigos estão a torcer pela
nossa Marcha. -----
----- Uma marcha cria em cada Freguesia o orgulho de poder representá-la, de poder
mostrar a sua essência e a sua raça! Uma Marcha faz crescer o amor pela Freguesia, e
os fregueses participam, vão assistir aos ensaios, incentivam os marchantes, e cria-se
uma envolvimento e amizade entre os moradores.-----
----- Hoje estamos aqui a pedir-vos que não nos deixem ficar de fora, a nós e a muitas
Freguesias cujo amor por Lisboa e pelas suas festas não tem fim! -----

----- Estamos aqui hoje para vos pedir que mais lisboetas que amam Lisboa possam fazer parte desta Festa. -----

----- Tenho também algo a acrescentar, que a Freguesia de São Domingos de Benfica é uma das maiores Freguesias da Cidade e gostaria acima de tudo de se ver representada na maior Festa da Cidade. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, é só para informar o público que não se pode manifestar. -----

----- Mas vamos prosseguir o que os nossos Trabalhos, dada esta nota, temos o Parecer da 7ª Comissão Permanente e também a Recomendação 44/01, não sei se é o Deputado Relator se é a Presidente da Comissão, ou ambos, que quererão eventualmente apresentar os documentos, ou se dispensam. -----

----- Estou a receber sinais que dispensam. A Presidente quer apresentar? Eu não tenho assim tantos dotes para interpretar o diálogo gestual. -----

----- A Presidente da 7ª. Comissão Permanente, Simonetta Luz Afonso apresentará os documentos oriundos da Comissão.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Simonetta Luz Afonso (PS)**, no uso da palavra, enquanto relatora, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde Senhor Presidente, Excelentíssima Mesa, Senhores Vereadores, Caros Colegas, Imprensa, Senhores funcionários. -----

----- Relativamente a esta Petição quero em primeiro lugar, saudar os peticionários que assinaram a Petição número 28/2018 pelo alargamento de 23, no número das Marchas a concurso nas Marchas Populares de Lisboa, pelo trabalho que realizaram e pelo empenho que têm nesta vida, enfim, cultural, social de um bairro da cidade. -----

----- Porém, a 7ª Comissão conhece bastante de perto este assunto das Marchas de Lisboa e dos Regulamentos, porque já acompanhámos no ano passado a questão que se levantou relativamente ao número de Marchas e, de facto, este assunto foi longamente debatido e largamente debatido, foi debatido com os marchantes com as várias Marchas, com a EGEAC, com a Vereação e chegaram a um consenso sobre um Regulamento que acabou de ser aprovado, foi aprovado em Agosto, portanto, parecem do mais elementar bom senso que os Regulamentos não se acabam de aprovar e se recomeça tudo de novo, outra vez, portanto, a 7ª Comissão por unanimidade, decidiu propor ao Município que a EGEAC faça uma avaliação do funcionamento deste Regulamento, durante um certo período de tempo, que poderá ser 5 anos, poderá ser 3 anos, enfim um certo período de tempo que permita perceber se o Regulamento de facto, funciona quais as falhas do Regulamento depois se façam as alterações necessárias. -----

----- Eu sei que os Senhores Peticionários só criaram este agrupamento depois da discussão deste Regulamento e, por isso não participaram na discussão, aliás, eu admirei-me um pouco que eles não tivessem apresentado estas questões na própria discussão do Regulamento, mas foi-me explicado pela Senhora Peticionária que veio à 7ª Comissão que, na verdade, eles não existiam ainda como associação, quando isto

foi discutido, portanto, vão ter que continuar a acompanhar o processo e vão ter que também monitorizar o funcionamento deste Regulamento para depois, eventualmente se fazerem as alterações necessárias. Muito obrigada.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada. Vamos dar sequência às várias inscrições que já foram recebidas na Mesa para este ponto da Ordem de Trabalhos.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou: -----

----- “O Senhor Deputado João Carlos Pereira, do PCP.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Carlos Pereira (PCP),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Ora boa tarde a todos, naturalmente saudar os Peticionários da Freguesia de São Domingos pela iniciativa que que que tiveram e dizer que em relação à Recomendação da 7ª Comissão entendemos que as Marchas Populares devem ser isso mesmo, populares, pois são um forte elo de ligação aos bairros e às Freguesias da Cidade, com as suas características próprias, são também uma das maiores iniciativas realizadas pelo movimento associativo popular, que junta milhares de lisboetas num imenso trabalho voluntário para a sua edificação. -----

----- O movimento associativo popular e as coletividades fazem parte integrante da história e identidade da Cidade e o apoio e incentivo às Marchas Populares e também uma importante componente de apoio ao movimento associativo popular, têm um papel fundamental no estímulo ao envolvimento e participação das comunidades e saliente-se, de muitos jovens que ainda resistem e vivem a sua Cidade. -----

----- Rejeitamos um caminho que tem vindo a ser trilhado de transformação de um espetáculo eminentemente popular, num evento comercial, com o envolvimento de cada vez mais marcas e empresas, que esvaziam o seu conteúdo e retiram o protagonismo aos verdadeiros obreiros das Marchas, o movimento associativo popular. -----

----- Foi isso que aconteceu na edição passada quando, por exemplo, a emissão da RTP das Marchas omitiu completamente as associações e coletividades organizadoras das Marchas. -----

----- Sobre o Parecer da 7ª Comissão, o mesmo não poderá contar com o voto favorável do PCP, não era este o objetivo dos Peticionários e não é isto que defendemos, pelo que iremos votar contra. -----

----- Saudamos os Peticionários, e neles todas as Marchas da Cidade de Lisboa, que tanto dão à Cidade na perspectiva de a manter viva nos seus bairros, com as suas tradições, sem exclusões ou limitações do número de Marchas em participação. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. Vamos prosseguir com as inscrições.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado José Borges, do PS.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Borges (PS),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente em Exercício, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Caro Público presente, Senhores Peticionários.-----

----- Eu em parte gostava de fazer minhas as palavras da Senhora Deputada e Presidente 7ª. Comissão, a Simonetta Luz Afonso, a propósito desta Petição.-----

----- O Grupo Parlamentar do Partido Socialista não é contra uma possível, um possível alargamento das Marchas da Cidade a 23 ou 25, o número que for, que no futuro se entenda que possa vir a ser o necessário, mas será sempre depois de uma leitura que terá que ser necessariamente feita em função do Regulamento que está agora em vigor e que foi o Regulamento que resultou de uma discussão muito profunda e alargada, quer com as Juntas Freguesia da Cidade, quer com as instituições e as coletividades então participantes e, portanto, aquilo que nós achamos é que os Regulamentos têm um peso muito significativo na dignificação, neste caso das Marchas Populares, e que será só apenas a partir de uma de uma observação empírica e concreta de como é que esse Regulamento será aprovado que nós poderemos sugerir alterações para o futuro e, portanto, aquilo que nos motiva não é tanto a questão da exclusão de Marchas, de coletividades, mas uma coisa muito prática que e nós precisamos ter Regulamentos fixos, para observamos como é que as Marchas podem funcionar, podem funcionar da melhor maneira e só então depois fazer uma leitura propondo possíveis alterações.-----

----- E, como eu, disse o ano passado resultou de uma discussão muito profunda e alargada, promovida pela Senhora Vereadora, que eu cumprimento e pela EGEAC com resultados muito positivos no entendimento global das forças políticas de consolidação e dignificação das Marchas Populares, é evidente que, como eu digo no futuro nós poderemos não nos opor a um alargamento das Marchas, mas depois uma visualização concreta de funcionamento do atual Regulamento.-----

----- Há um outro pormenor da Petição que não contempla aquilo que é a realidade das Marchas, que tem que ver com o facto de haver mais que uma Freguesia que tem mais do que uma Marcha, porque elas resultam de bairros históricos, mais propriamente o do arranjo administrativo das atuais Freguesias, sendo que há Freguesias que não têm nenhuma Marcha, nem coletividades que queiram fazer essas mesmas Marchas, há outras Freguesias, que o Santa Maria Maior, cujo Presidente eu também cumprimento que tem mais que duas Marchas, porque resulta precisamente da vivência dos bairros históricos e, portanto, aquilo que o Partido Socialista se propõe é precisamente deixar consolidar o atual Regulamento, que é um esforço coletivo muito significativo das juntas Freguesia, das coletividades da Cidade, e então depois num futuro, não muito longínquo poderemos propor algumas alterações. Muito obrigado.”---

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. Próximo Orador inscrito.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Gabriel Batista Fernandes, do CDS-PP”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Gabriel Batista Fernandes (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado Senhor Presidente em Exercício, Senhoras Secretárias, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhoras e Senhores.-----

----- Em primeiro lugar o CDS não pode deixar de felicitar os Peticionários por em boa hora terem juntado centenas de cidadãos preocupados com a participação da sua Marcha, que além de participarem nela de alma e coração, representa o seu bairro, a sua comunidade e a sua Freguesia.-----

----- Depois, porque o tema que aqui trazem é acessível para toda a gente. As Marchas Populares são talvez a maior e mais significativa e pura representação da nossa cultura popular tradicional, aquela que se constitui, no ponto alto das Festas de Lisboa e que traz o melhor da representação dos bairros e comunidades a nossa cidade.-----

----- Das conclusões e recomendações emitidas pela 7ª Comissão Permanente, somos sensíveis à necessidade de estabilizar regras concursais, em particular quando também por iniciativa de cidadãos, e acolhida por esta Assembleia foi, possível um consenso para adiar por um ano a aplicação do Regulamento que estará em vigor em 2019, e que permitiu excecionalmente a participação de 23 Marchas em junho passado.-----

----- Quanto ao período de estabilidade proposto, ele é subjetivo, pelo que julgamos que a primeira avaliação do mesmo deve ser feita após a edição de 2019, portanto a próxima, independentemente dessa reflexão, se dessa reflexão sair a necessidade de alterar o Regulamento, portanto, estamos abertos a esta alteração, mas hoje não queríamos deixar de salientar algumas preocupações manifestadas pelos Peticionários relativamente às apreciações do júri e alguns critérios que merecem uma reflexão profunda, em particular na avaliação de Marchas que iniciaram agora o seu percurso.--

----- Em primeiro a avaliação do júri na parte da cenografia e retrata esta Marcha, como sendo representativa de Benfica, quando a mesma se refere à Freguesia de São Domingos de Benfica, e sempre a única.-----

----- Já Benfica tem a sua Marcha própria! Depois, o critério de dar melhor avaliação ao histórico de cada Marcha, parece-nos que este é um critério injusto, porque irá sempre beneficiar as Marchas mais antigas em detrimento daquelas com menor percurso, como é o caso desta Marcha de São Domingos de Benfica, que apenas desfilou 3 vezes, em 94, 2015 e 2018.-----

----- O outro critério de avaliação do júri, uma vez mais o subjetivo, é o de avaliar a convicção e energia da Marcha e o seu impacto na assistência. Perante isto, como podemos comparar uma Marcha como Alfama, que desfila há décadas, com uma Marcha que apenas desfilou três vezes e com um espaçamento em cada desfile de vários anos.-----

----- Posto isto, o CDS entende que os critérios e o Regulamento em vigor deverão ter uma reflexão maior e que a EGEAC deverá afinar os mesmos critérios para que, na

medida do possível as avaliações sejam mais justas, no que respeita à comparação de antiguidade cada Marcha e avaliações externas de difícil aferição. -----

----- Mais uma vez agradecer aos Peticionários e dar nota que o CDS acompanhará esta matéria de muito perto.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. Vamos dar continuidade aos nossos Trabalhos.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Rui Costa, Independente” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (IND),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente, Senhora Vereadora, Senhoras e Senhores Deputados, Público presente e, em particular, aos Peticionários a quem saúdo pelo exercício de um direito cívico e político, que é o direito de Petição perante esta Assembleia Municipal.-----

----- Mas há outros direitos e garantias de participação cívica e política, designadamente o direito a uma audiência de interessados, que pelos vistos terá havido ou a uma consulta pública, na emissão de normas regulamentares, e há formalismos que não existem, porque sim ou para complicar a vida aos autarcas, existem porque são expressão fundamental de um equilíbrio de poderes, entre esta Assembleia e a Câmara Municipal e que existem também porque são expressão da vontade de participação das populações, e pela segunda vez neste curto período de mandato, temos uma Petição sobre esta matéria.-----

----- E eu quero-vos dizer, Senhoras e Senhores Deputados e Senhores Peticionários. que independente das razões de fundo, que têm de ser escrutinadas, eu não posso votar a favor do Relatório e da Recomendação da Comissão, porquanto não reconheço validade ao Regulamento que aqui está, porque o Regulamento é aprovado por despacho, é uma competência indelegável da Câmara no seu Presidente, portanto, não podia ter sido por delegação de competências e veio a esta Assembleia Municipal, e este Regulamento, como foi propriamente chamado pelos Senhores Deputados Municipais do Partido Socialista, porque é um Regulamento, por muito que ponham outro nome, tem implicações externas nos cidadãos, não vincula apenas a Câmara Municipal e, portanto, eu venho aqui cumprir a minha função como Deputado Municipal, e portanto, eu venho aqui cumprir a minha função como Deputado Municipal, que é exigir o respeito pelas competências atribuídas por Lei a esta Assembleia, quando deixar de o fazer, aí sim, fiquem contentes que renuncio ao mandato. Disse.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Isabel Pires, do BE.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires (BE),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigada Senhor Presidente em Exercício, Senhora Vereadora, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, Público presente e cumprimentar em primeiro lugar, obviamente, os Peticionários deste tema, que estamos aqui hoje a discutir e também sobre a Recomendação da 7ª Comissão, que acompanhamos, muito embora, obviamente existam várias questões aqui em cima da Mesa, sabemos que, obviamente, as Marchas de Lisboa têm uma importância cultural muito grande para a Cidade, mas não só cultural também muitas vezes de participação cívica e até participação política de alguns temas que são retratados pelas próprias Marchas, foi exemplo disso a as últimas Marchas, por exemplo e, portanto, é um momento muito importante para a Cidade de Lisboa e onde o associativismo e a maneira como a sociedade lisboeta, os clubes, as associações se juntam é muito importante.-----

----- Sabemos também que aqui todos e todas nesta Assembleia Municipal acompanhámos o processo que terminou recentemente, de criação do novo Regulamento, houve várias discussões, seja na Comissão seja aqui na Assembleia Municipal, sobre a necessidade de existir um novo Regulamento para as Marchas, existiram e foram existindo várias queixas também de algumas Freguesias especificamente e, portanto, achamos que é importante que existam também regras para a existência das Marchas, sem prejuízo de elas serem avaliadas com uma determina periodicidade, que é isso que está aqui em causa também nas Recomendações da 7ª Comissão, que exista um período de estabilidade deste Regulamento e que ele seja avaliado como todos os regulamentos são passíveis de ser avaliados e, neste caso tanto mais é passível de ser reavaliado, porque todos os anos também a realidade das próprias Marchas, das associações, vai tendo alterações e, portanto, é necessário perceber de que forma e apurar de que forma é que este Regulamento está ou não a ser aplicado, e bem aplicado ou se está a ser mal aplicado, é preciso fazer essa avaliação e, obviamente dizer que, por último é também muito importante que se mantenha o diálogo entre os vários intervenientes, seja a EGEAC, a Câmara, as várias coletividades que participam e um processo, que aquele que foi feito, que está relatado no Parecer da 7ª Comissão, em que se ouviram todas as coletividades interessadas nesta matéria, é o tipo de processo de diálogo que deve permanecer ao longo de todo o processo das Marchas.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Ana Gaspar, dos Independentes.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Gaspar (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente em Exercício, Secretárias, Elementos do Executivo, Caras e Caros Deputados Municipais e restantes cidadãos e cidadãs. -----

----- Em primeiro lugar, obviamente saudar, como sempre, estes exercícios de democracia recente, temos uma democracia recente, e dos Peticionários a opinarem a sua opinião, que saudamos sempre. -----

----- Lembrar apenas que houve um alargamento das Marchas em 2018, há um esforço manifesto da Autarquia no apoio das Marchas, lembro que cada Marcha recebe 30 mil euros, não é despendendo. -----

----- Dizer-vos também que consideramos, e já o disse em Comissão, que as Marchas Populares não são, não podem ser, a nosso ver, a única marca identitária de uma Cidade, estamos em 2018, há várias marcas identitárias. -----

----- As Marchas são tão honrosas como outras, mas esgotar a identidade de uma Cidade, em pleno século XXI nas Marchas, não, não o podemos fazer de modo nenhum, não somos leais se o fizermos, para com outras iniciativas das mesmas organizações. -----

----- Todas as organizações que buscam também aquilo que nós buscamos, que é uma rede solidária, não competitiva, no mau sentido do termo, mas que insira, que cirza o tecido social desta Cidade, para o qual eu penso também que as Marchas são um caminho. -----

----- Dizer também que apoiamos, naturalmente, que sejam convidadas as outras Marchas internacionais a estarem connosco, porque Lisboa é hoje, ao contrário quando era criança e ia ver, como sabem, as Marchas com a minha avó Ana, Lisboa é hoje uma Cidade felizmente integradora, em que há muita gente, em que há outros povos que até se revêm nestas Marchas. -----

----- Finalmente, dizer-vos que pensamos que deve ser um período razoável de experimentação e avaliação destas regras, isto não é, de facto, penso eu, a Cara Vereadora Catarina explicará, não é, de facto, um Regulamento formal, mas regras, portanto, deve haver um período experimental e razoável, porque mudam-se os tempos mudam-se as vontades, mas não está a ser feito precipitadamente e vocês sabem, provavelmente por ser professora, que reajo a muitas coisas, nada é avaliado, mas passamos a mais e mais e depois, surge em nada. -----

----- Portanto, agradecer o trabalho, sem dúvida, dos Peticionários, a democracia não se esgota aqui, felizmente, não se esgota aqui, há inúmeras manifestações culturais muito fortes da Cidade, estou-me a lembrar desde o repto que os meninos dos baixos fazem, enfim, podíamos citar todos inúmeras coisas, e isso é que a marca identitária uma da Cidade, o cerzir, é essa marca identitária. Obrigada.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Sobreira Antunes, do PEV.” -----
----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreira Antunes (PEV)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
----- “Muito boa tarde Senhor Presidente em Exercício, restantes Membros da Mesa, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Público, Jornalistas, Funcionários.-----
----- Foi-nos apresentada uma petição organizada pela Comissão de Moradores São Domingos de Benfica solicitando o “alargamento para 23 do número de marchas a concurso nas Marchas Populares de Lisboa”, que recebeu mais de 900 assinaturas e conta com o apoio da Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica.-----
----- Como alegam os peticionários, as marchas representam um dos mais importantes momentos de participação popular da cidade, com impacto social e cultural na área geográfica que representam, sendo de salientar o reconhecimento que trazem não só à própria cidade, mas também às colectividades que nela concorrem e às Freguesias em cuja área geográfica estas se situam.-----
----- Também o júri para a selecção das marchas vencedoras, e presidente da Associação das Colectividades do Concelho de Lisboa, declarou que, “devido ao seu elevado interesse turístico, não podemos de maneira nenhuma deixar morrer este evento tão querido para a cidade de Lisboa”.-----
----- Neste contexto, no passado dia 24 de Outubro, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, o senhor presidente da CML entregou os prémios das Marchas Populares de Lisboa referentes à edição de 2018, em cuja classificação São Domingos de Benfica ficou em 20º lugar.-----
----- Estas classificações são atribuídas pelo secretariado do júri de acordo com os critérios definidos em Regulamento Municipal, cujas normas vigentes se encontram publicadas em Boletim Municipal, e que definem as condições prévias ao funcionamento do Concurso das Marchas Populares de Lisboa.-----
----- Aliás, já o ano passado esta AML se deparou com um pedido excepcional, repito excepcional, de alargamento do número de marchas a participar, porque haveria dúvidas de interpretação quanto às normas transitórias. Recorde-se, no entanto, que as regras de participação expressas no Regulamento são fruto dos contributos, repito, contributos das próprias agremiações e das Freguesias que nele colaboraram, tendo sido largamente debatidas, antes de entrarem em vigor.-----
----- Acontece que o Regulamento das Marchas prevê que as três marchas que tenham pior classificação na edição anterior sejam submetidas a sorteio com as marchas novas que se candidatem, por forma a escolher quais participarão ou não na nova edição. Ou seja, o número de participantes é regimentalmente limitado e do conhecimento de todos os candidatos.-----
----- Ora, sabendo-se que existe um Regulamento Municipal em vigor, que para ele também contribuíram clubes e associações, será que todos os anos, seja por não se rever nos critérios de selecção, seja por se discordar da classificação do ano anterior, será preciso requerer alterações constantes ao número de marchas a desfilar? -----

----- Aceitaram ou não os grupos marchantes os requisitos e os preceitos em vigor quando se candidataram? Estes argumentos são ainda válidos para a Recomendação nº 3.-----

----- Também estranhámos que a própria Junta de Freguesia tenha sido uma das proponentes da presente petição. Será natural que um deputado seja apoiante de uma iniciativa de peticionários? Sim. Mas, já não nos parece nada curial ser um dos próprios proponentes de uma petição.-----

----- Não bastará ao representante de uma Freguesia, por ser deputada ou deputado municipal e, por isso, membro por inerência desta AML, apresentar uma eventual recomendação para deliberação deste plenário?-----

----- Pelo exposto, o PEV subscreve as recomendações da 7ª Comissão, no sentido de ser dado tempo a que sejam devidamente avaliadas as disposições regulamentares em vigor, assegurando-se um período de estabilidade ao actual Regulamento e que, “só após uma consolidação e vigência significativas se possam perspectivar as alterações e correcções exigidas a todos os documentos normativos. Obrigado Senhor Presidente em Exercício.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Inês Sousa Real, do PAN.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Sousa Real (PAN),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito boa tarde, Excelentíssimo Senhor Presidente em Exercício, restantes Membros da Mesa, Colegas Deputados e Deputadas Municipais, Vereadores, Público presente e demais Comunicação Social que nos acompanham.-----

----- Saudar em primeiro lugar os Peticionários, as Marchas têm uma importância histórica na vida cultural e participativa da nossa Cidade, eu própria fui marchante e, portanto, é com muito orgulho que debatemos este tema aqui hoje, reconhecendo, obviamente a importância que ela tem na construção da nossa identidade.-----

----- Lisboa tem, de facto, 24 Freguesias, há aqui uma limitação inerente ao número de participantes, no entanto, acreditamos que o tema não se esgota na questão do número de Freguesias, ou de possibilidade de participarem na Marcha da Cidade, mas, sobretudo no modelo em questão, que está de momento a ser reavaliado.-----

----- Acompanhamos por isso as recomendações da 7ª Comissão sem prejuízo, obviamente, da necessária reavaliação que tem que haver, após um período de consolidação do Regulamento vigente e do necessário diálogo que deve ser permanente existir entre a EGEAC e também os diferentes interessados que querem participar de forma salutar nas Marchas da nossa Cidade.-----

----- Para além deste número é, obviamente, tem que ser repensado este modelo, permitindo uma participação mais ativa, com base até e génese nas próprias Freguesias e diferentes movimentos associativos, que permita de alguma forma uma

maior pluralidade e representatividade dos marchantes, envolvendo toda a sociedade na construção deste novo modelo.-----

----- Não obstante aquilo que foi aqui referido e saudando mais uma vez os Peticionários iremos acompanhar as recomendações da 7ª Comissão, porque achamos que deve haver, de facto, aqui uma consolidação mais acentuada deste novo Regulamento. Muito obrigada.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Margarida Penedos, do CDS.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Penedos (CDS-PP),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhor Presidente em Exercício, Senhores Vereadores, Senhores Deputados.-----

----- Só venho aqui fazer aqui um pequeno comentário, os Deputados do Partido Socialista vieram aqui desvalorizar um bocadinho as Marchas, dizendo que há outras oportunidades para a cultura popular se manifestar, isto é verdade, efetivamente há outras oportunidades, mas as outras oportunidades não são como esta, porque a própria Cidade reconhece que esta é uma, este é um momento importante, as Marchas Populares, o dia das Marchas Populares no desfile das Marchas Populares é o dia, a noite em que está presente o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, que vai cumprimentar cada Marcha depois dela passar à frente da Tribuna, e o Senhor Presidente da República, isto quer dizer que os poderes públicos reconhecem uma importância superior nesta noite, em relação às outras manifestações populares. Muito obrigada.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Aline Beuvink, do PPM.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “A Bancada do Partido Socialista está a pedir a Defesa da Honra, Senhor Deputado, eu não vi em que é que a sua honra foi ofendida, mas vamos dar a palavra. -

----- Eu já tenho sido alguma tolerância, mas já disse o Público, mais do que uma que não se pode manifestar e, portanto, o reiterar da manifestação por parte do público é um desrespeito pelas regras da Assembleia e pela condução dos Trabalhos e, portanto, nós estamos a debater um ponto importante, os Senhores Peticionários estão a exercer um direito de cidadania e não me obriguem a ter que tomar outras disposições

regimentais, como ter que dar indicação para evacuar a sala, porque na Mesa não o quero fazer. -----

----- As Senhoras e Senhores, membros do Público e representantes dos Peticionários também querem assistir aos trabalhos e, portanto, o debate está a correr de uma forma viva e participada e intensa e aquilo que eu apelava era à vossa compreensão para que assim possa continuar e que a Mesa não se veja forçada a cumprir o Regimento, que é em caso de reiteradas manifestações por parte do Público solicitar à Polícia Municipal que evacue a sala, acho que não há nenhuma necessidade disso, portanto, Senhor Deputado José Borges, para defesa da Honra.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Borges (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção em Defesa da Honra: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente, muito simples, quem fez a intervenção do Partido Socialista fui eu, enquanto Deputado do Partido Socialista, a intervenção da Senhora Deputada e Presidente da Junta de Freguesia das Avenidas Novas Ana Gaspar, não foi uma intervenção em nome do Partido Socialista, e embora eu a possa subscrever com aplauso que na altura lhe enderecei, e sendo portanto, uma intervenção, que eu subscrevo, não há uma intervenção subscrita pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, intervenção essa que fui eu que a fiz. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Deputado, com toda a tolerância por parte da Mesa, deixe-me dizer-lhe que não só a sua intervenção reiterou que a sua honra não tinha sido ofendida nem a bancada do Partido Socialista, como não foi o verdadeiro exercício da Defesa da Honra e, portanto, para a boa utilização das figuras regimentais mais valia que o Senhor Deputado José Borges se tivesse inscrito, que era a indicação aqui da Mesa, de todo o modo uma vez que admitimos a figura, a palavra a Senhora Deputada para entender replicar. Prescinda. Muito bem e muito obrigado. -----

----- Vamos dar a palavra à Senhora Deputada Aline Beuvink, que é a oradora que se seguia.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Aline Beuvink (PPM)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada pela palavra, Senhor Presidente em Exercício, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Peticionários, Público presente, Senhoras e Senhores, boa tarde. -----

----- Cumprimento os Senhores Peticionários e louvo a sua luta! -----

----- Foi aqui dito que a Marcha Popular não é a única demonstração que existe na Cidade de Lisboa das manifestações de cultura popular e realmente não, não é a única, mas é a maior, e se cidadãos de Lisboa querem participar na maior manifestação popular da Cidade têm todo o direito e ele não lhes pode ser negado. -----

----- Relembro que os Senhores Deputados foram eleitos por cidadãos desta Cidade, incluindo aqueles que estão aqui presentes, e que têm todo o direito de exigir estar presentes nas Festas da Cidade. -----

----- Além disso, nós fomos eleitos para nos batermos na defesa desses seus direitos aqui dentro, e a Câmara Municipal também existe, não só para servir os cidadãos e a Cidade, mas para fazer normas para bem servi-los e não para segrega-los, como tal, afirmo aqui que o PPM vai apoiar e apoiará sempre a vontade do povo. Disse! -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada. Vamos continuar com as inscrições.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Manuel Lage, do PS.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, Senhores Deputados, antes de mais congratular os Senhores Peticionários pelo exercício democracia que já aqui fizeram e congratular também os meus colegas pelas intervenções que já aqui preferiram hoje. -----

----- É curioso ver que as posições que temos nas Comissões não e, depois idêntica àquelas que temos no Plenário, especialmente quando os Peticionários aparecem com muita força e, portanto, sejam muito bem-vindos, é que das posições que já ouvimos aqui hoje, Senhores Peticionários, o PPM que apoia sempre aquilo que os cidadãos fazem, votaram favoravelmente esta Recomendação da 7ª Comissão..., Portanto, se não votou foi porque não apareceu na Reunião, mas o facto é que também não se pronunciou sobre a mesma em tempo junto dos Serviços e junto da Comissão. -----

----- Do mesmo modo o CDS também, aos costumes nada disse, a não ser hoje aqui, perante vós, portanto, sejam muito bem-vindos, o Partido Socialista nunca disse que haveria outras oportunidades para os cidadãos manifestarem aparecerem na Cidade, a não ser nas Marchas e, naturalmente, os cidadãos reconhecem a importância daquilo que o Partido Socialista tem vindo a fazer por eles e naturalmente continuar a fazer, aquilo que nós dizemos é que não podemos a cada vez que há uma reclamação sobre as Marchas alterar o Regulamento e permitir que hajam novas Marchas, porque senão amanhã temos 100 Marchas, temos que dar alguma estabilidade ao Regulamento para que ele funcione e depois sim, podermos avançar e vir a mudar alguma coisa em prol da Cidade e dos cidadãos e da participação de todos. Muito obrigado Senhor Presidente.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. Temos um pedido de Defesa da Honra, uma vez que foi interpelada pela Senhora Deputada Aline Beuvink, do PPM, que seja uma verdadeira Defesa da Honra, Senhora Deputada.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Aline Beuvink (PPM),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção m Defesa da Honra: -----

----- “É sim, é uma verdadeira Defesa da Honra, porque eu não admito nem ao Senhor Deputado Manuel Lage, nem ninguém aqui dentro, que ponha na minha boca coisas que eu não disse, percebeu? Espero que fique bastante claro, eu não estava presente e

não votei favoravelmente, nem poderia fazê-lo, porque era contra a minha consciência. Percebeu Senhor Deputado? Espero bem que sim. Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada. O Senhor Deputado Manuel Lage quer exercer o direito de resposta? Prescinde, muito bem. -----

----- Vamos dar a palavra ao Orador inscrito, Senhoras e Senhores Deputados, agradecia algum silêncio, o Debate está vivo e animado mas vamo-nos ouvir uns aos outros.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou: -----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Ana Mateus, do PSD.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Mateus (PSD),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, assessores e restante Público. -----

----- Tendo acompanhado todas estas diligências, antes de mais quero congratular este gesto de cidadania e de vontade por parte dos peticionários, apreciando e nós somos a favor das Marchas, queremos alargar porque as Marchas são identidade cultural de uma Cidade, identidade cultural de um povo, portanto, somos a favor das Marchas! ----

----- No entanto temos que pensar que houve um Regulamento que foi apreciado, em que foram convidadas todas as entidades respetivas para a ser analisado, e fechou! -----

----- Por isso, entendemos que não tem sentido, neste momento, estarmos outra vez a alterar o Regulamento. Assim, iremos acompanhar a Recomendação da 7ª Comissão, até porque e como disse a companheira Mafalda Cambeta, se se entender necessário e urgente, então altere-se o regulamento, juntem-se de novo os agrupamentos, as associações e altere-se o Regulamento quando se alcança o número bastante, que entendemos que seja necessário, para que o mesmo seja alterado, se não de facto não tem sentido!-----

----- Queremos Marchas, gostamos de Marchas, somos Lisboa, viva Lisboa! Viva também o PSD! Viva Lisboa e apenas aquilo que nós pedimos é que se regulamentem as coisas, que sejam estudadas, que sejam trabalhadas, sejam avaliadas, se entenderem que não é necessário então assim sejam alteradas. Muito boa tarde e muito obrigada. Disse.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada. Entusiasmou-se! Entre a companheira e os vivas ao Partido, entusiasmou-se, é o gosto pelas Marchas e pelo Debate. -----

----- Vamos dar a palavra ao Partido Comunista Português.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Modesto Navarro, PCP.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado. Viva a Assembleia Municipal! -----

----- A nossa intervenção está feita e é aquela a posição que tomámos e que vamos continuar a tomar, mas com a minha experiência desde 1963 das Marchas Populares, eu queria dizer que este movimento popular dos bairros teve um grande significado popular, o mal foi quando as cervejeiras se apossaram das Festas Populares, e além do mais as televisões começaram a cercear, digamos, a liberdade da exibição e da passagem das Marchas e da sua criação, porque eles restringem a um determinado grupo de Marchas, têm blocos de informação de publicidade que lhes rende muito dinheiro e é isso que está a pressionar negativamente aquilo que é uma realidade cultural de Lisboa, ou seja, no âmbito de uma perspectiva mais distanciada do que deve ser uma política cultural para a Cidade, eu sempre defendi, nós sempre defendemos que as Marchas Populares até pelo esvaziamento do movimento associativo, poderiam passar a ser os grandes núcleos culturais das Freguesias e dos bairros de Lisboa!-----

----- E era neste sentido que a Câmara Municipal deveria ter trabalhado, e não, trabalhou com a EGEAC ao serviço das cervejeiras, ao serviço da propaganda e ao serviço da limitação da participação do povo de Lisboa nas Marchas Populares de Lisboa, esta é que é a realidade e é contra isso que nós estamos e, por isso, é necessário realmente trabalhar um Regimento com algum tempo, mas que venha realmente a dar resposta em primeiro lugar aos interesses da Cidade, à identidade e à cultura da Cidade e não aos interesses das cervejeiras e das televisões. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. Agora o Senhor Deputado Luís Newton do PSD, ia a referir que não registamos mais inscrições, e agora a inscrição da Senhora Vereadora Catarina Vaz Pinto, em nome da Câmara. Tem a palavra Senhor Deputado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigado Senhor Presidente em Exercício, Membros da Mesa, Deputados, Público aqui presente.-----

----- E tinha que acontecer!... O Debate estava a terminar e, afinal, chegarmos à conclusão que a culpa é esses capitalistas que financiam essa atividade popular e dessa forma destroem aquilo que é o tecido e a natureza social e cultural da Cidade e da atividade em si!-----

----- Lá se foi o Debate por água abaixo, porquê? Porque o PCP estava com uma dificuldade muito grande em poder dizer às pessoas que, apesar de concordar com as Marchas, como PSD aqui disse, não está de acordo com esta Petição, era só isto, era uma questão de honestidade! Era isto que podiam ter dito, “Afinal não, afinal o problema é dos perigosos capitalistas que ajudam a financiar as coletividades, para que as Marchas Populares tenham maior impacto”! Extraordinário, extraordinário!-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Vereadora Catarina Vaz Pinto.”-----

----- **A Senhora Vereadora Catarina Vaz Pinto,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde Senhor Presidente em Exercício, Senhores Deputados, caros Peticionários. -----

----- Agradeço a vossa participação e a vossa discussão neste Debate, mas como tive oportunidade de referir em sede de Comissão, parece-nos que é um pouco extemporâneo, de facto de estarmos a criar uma nova alteração ao Regulamento, uma vez que essa discussão teve lugar o ano passado, quando havia normas transitórias deste Regulamento e na sequência dessa discussão que houve, houve então uma nova discussão já este ano, e todas as coletividades e proponentes de Marchas puderam manifestar-se chegar a esta solução, que teve o consenso foi apoiada por toda a gente, portanto, houve uma grande preocupação da Câmara e da EGEAC em quem que este processo e na sequência da indefinição que de certa forma pairava desde o ano passado, que chegássemos a bom termo de esclarecimento de como se deveria processar estes esta seleção dos vários candidatos. -----

----- Registamos com agrado que as Marchas continuam vivas, muito vivas e que há um grande interesse dos bairros em apresentarem os seus Grupos, mas na verdade, esta ideia das Marchas é sempre também a de um concurso fechado, isso faz parte do da atração da iniciativa, portanto, o seu lado competitivo e também pensar que que há aqui um sorteio, que por todos é admitido e, portanto, acho que isto também diz respeito à essência das Marchas, parece-nos que não faz muito sentido estarmos agora novamente a criar uma nova norma de exceção, portanto, vamos aguardar e ver como funciona este sistema, e a seu tempo, se necessário faremos as alterações necessárias.--

----- Quero também dizer que, na verdade para nós este não é um Regulamento típico, não é um lamento, é apenas uma norma, que define as condições na participação do concurso, é uma norma criada pela Câmara e pela EGEAC, sempre foi assim de há muitos anos, são normas que permitem uma enorme flexibilidade e que são discutidas com todas as entidades interessadas e, portanto, não representando um Regulamento na verdade, típico não julgamos que não carece de todos os formalismos, que a referida norma exige.-----

----- Posto isto, fico a aguardar a votação. Muito obrigada.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Vereadora. Não registamos mais inscrições. E assim sendo, vamos passar à votação, agradece às Senhoras E senhores Deputados que se pudessem sentar, para fazermos as votações dos dois documentos que foram apresentados.”-----

----- **Recomendação nº 44/01 (7ª. Comissão Permanente)**, votos contra do PCP, 1 PS, 1 IND, votos de abstenção do CDS-PP, PPM e 2 IND, votos a favor do PS, PSD, BE, PAN, PEV, MPT e 6 IND. **A Recomendação nº 44/01 foi aprovada por maioria.**-----

----- **Ponto 1 da Recomendação nº 44/03 (DM IND Rui Costa)**, não há votos contra, abstenções do PSD, CDS-PP e MPT, e votos a favor do PCP, BE, PAN, PEV, PPM, 1 IND. **Ponto 1 da Recomendação nº 44/03 foi rejeitado.**-----

----- **Ponto 2 da Recomendação nº 44/03 (DM IND Rui Costa)**, votos contra do PS, 6 IND, abstenção do PSD, CDS-PP, BE, PEV, MPT, 2 IND, votos a favor do PCP, PAN, PPM, 1 IND. **O Ponto 2 da Recomendação nº 44/03 foi rejeitado.**-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra continuou:-----

----- “Esta Recomendação foi integralmente rejeitada.-----

----- O CDS-PP apresentará uma Declaração de Voto escrita sobre esta matéria.”-----

----- (O Grupo Municipal do CDS-PP não apresentou a Declaração de Voto anunciada)-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra continuou:-----

----- “Vamos passar, Senhoras e senhores Deputados, ao Ponto 3 da Ordem de Trabalhos.”-----

----- **PONTO 3 - APRECIACÃO CONJUNTA DAS SEGUINTE PROPOSTAS APRESENTADAS PELO GRUPO MUNICIPAL DO CDS-PP; GRELHA BASE – 34 MINUTOS:**-----

----- **PONTO 3.1 - PROPOSTA 004/CDS-PP/2018 – RESTAURO, CONSERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA TORRE DO JOGO DA PÉLA, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO ART.º 15º DO REGIMENTO;**-----

----- **PONTO 3.2 - PROPOSTA 005/CDS-PP/2018 – LISBO’ARTE, CASA DAS ARTES DE LISBOA, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO ART.º 15º DO REGIMENTO;**-----

----- (A Proposta 004/CDS-PP foi anexada a esta Ata como **Anexo V** e dela faz parte integrante)-----

----- (A Proposta 005/CDS-PP foi anexada a esta Ata como **Anexo VI** e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra continuou:-----

----- “Vamos dar a palavra ao CDS-PP para apresentar as Propostas. Senhora Deputada.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Diogo Moura, do CDS-PP.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente em Exercício é muito bom vê-lo nesse lugar, Senhoras Secretárias, Senhores Vereadores, Caros Deputados, Caro Público. -----

----- O CDS hoje traz aqui um pacote de duas Propostas de âmbito cultural, e trazemos especialmente porquê? Não só porque são do âmbito cultural, pedimos que a apreciação fosse conjunta, mas porque este ano celebramos por decisão da Comissão Europeia, o Ano Europeu para o Património Cultural e, portanto, quer a Comissão Europeia, quer Comissão Nacional das Comemorações do Ano Europeu, convocam-nos e pedem que as entidades e instituições e os movimentos civis, apresentem propostas e elaborem iniciativas no sentido de valorizar, de preservar e de elevar aquele que é o património de cada povo e, portanto, trazemos hoje aqui duas Propostas, uma tem a ver com o património material da cidade, e o outro sobre aquilo que é o património imaterial das várias manifestações artísticas. -----

----- A primeira diz respeito ao restauro, conservação e valorização da Torre Jogo da Péla. A torre do Jogo da Péla, parra quem não conhece, está situada na Calçada com o mesmo nome do Jogo da Péla, que ainda hoje é intitulada com esse nome, tinha o nome de Rua Arco da Graça, e ela faz parte integrante da Cerca Fernandina e encontra-se classificada como monumento nacional. -----

----- Ela foi edificada no final do século XIV e foi progressivamente, tem vindo a ser progressivamente abandonada naquilo que diz respeito à sua conservação e restauro e, portanto, as diversas renovações da cidade, a sua mutação urbana, e aquilo que também foram os desastres naturais que tivemos, como o caso do terramoto e depois do *tsunami*, que não vieram a ajudar também que este património tivesse o devido cuidado, alguns foram recuperados, outros nem tanto, e hoje se formos ver esta Torre, a Torre para além de estar grafitada, ou melhor, com Tags, para ser mais preciso, também serve de depósito de lixo das pessoas, de algumas pessoas que ali vivem, que por um pouco civismo, por falta de civismo, mas também de alguns comerciantes. -----

----- Para quem não conhece, se calhar muitos estão a perguntar onde é que é a Torre do Jogo da Péla, nós não trouxemos nenhuma imagem, mas é muito simples, se todos se deslocarem à Praça do Martin Moniz um exemplo e olharem para o empreendimento da EPUL, verão que, entre esses prédios, existe ali um edifício alto e se calhar, todos vocês como qualquer cidadão e qualquer turista, olha para ali e acha que aquele é um prédio em ruínas completamente abandonado, mas não é, é a Torre do Jogo da Péla, ela faz parte da Cerca Fernandina e é património classificado e, portanto, nesse sentido, como está classificado ele deve ser salvaguardado, deve ser valorizado e, portanto, essa classificação não tem sido cumprida e, aliás, há erros que nós temos que vão sendo cometidos por Executivos, independentemente da cor, e efetivamente em 2003 quando fez o projeto da EPUL para o Martim Moniz, não se teve em conta aquilo que é zona especial de proteção, que está conferida a esta parte do monumento, porque a classificação que é dada é de todo o percurso da Cerca Fernandina e não apenas da Torre do Jogo da Péla, incluindo, obviamente, o Castelo de São Jorge e, portanto, o que nós vimos aqui pedir é muito simples, pedimos, porque a Câmara tem a afetação deste monumento, aliás, ele foi afetado à Câmara em maio de 42, e foi reformulado este acordo em agosto de 1979 e, portanto, é a Câmara

que tem que fazer a sua preservação e, portanto, é responsável pelo mesmo, e o que nós vimos pedir é que a Câmara proceda então a esse restauro e conservação da Torre, conferindo-lhe a dignidade que o monumento nacional merece, obviamente que coloque sinalética porque quem passa ali, seja cidadão português, seja turista, saiba a importância deste monumento e depois, obviamente, que desencadeie medidas e mecanismos de controlo daquilo que é o vandalismo por que passa este monumento, e obviamente, da luta contra aquilo que são o depósito de resíduos. -----

----- Depois e também no âmbito do Ano Europeu para o Património Cultural apresentamos uma Proposta, a que demos o nome Lisbo'Arte, mas que poderá ser outro, mas que na prática é uma casa das Artes de Lisboa, como existe em vários Municípios de Portugal. -----

----- Isto quer dar uma resposta sobre aquilo que são o ponto de encontro de culturas na Cidade, mas temos várias manifestações, sejam elas de entidades, coletividades, sejam elas grupos informais culturais, sabemos quais é que são as suas dificuldades. ---

----- Esta Proposta também vem dar resposta àquilo que são, aquilo que é a estratégia para a cultura elaborada pela Câmara em 2017 e apresentada pela Senhora Vereadora Catarina Vaz Pinto, e que nos vem dizer, nomeadamente, que são identificadas lacunas ao nível da existência de salas de espetáculo de dimensão intermédia, bem como salas de ensaio de Artes performativas e de armazenamento/arquivo e, portanto, juntando esta necessidade, esta lacuna que está prevista nos documentos oficiais da Câmara, e aquilo que é as necessidades que nos vão sendo transmitidas por estes Grupos, que nós apresentamos aqui uma Proposta que obviamente vem... Estou já a terminar Senhor Presidente. -----

----- Mas que vem colmatar aquilo que o Pólo Cultural das Gaivotas, e bem, foi erguido, digamos assim, pela Câmara, mas que não é suficiente e, portanto, pedimos que seja afetado do vasto património Municipal, um edifício para este fim, para casa das Artes, que tenha várias valências que estão todas descritas na Proposta..." -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou: -----

----- "O Senhor Deputado está a gozar de uma tolerância." -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- "Vou já terminar Senhor Presidente, não me vou estender àquilo que são as nossas propostas, porque elas são documentos e acredito que todos os Deputados leram, mas, basicamente a Câmara tem as ferramentas na sua mão para dar início este projeto, que gostaríamos de ver realizado, pelo menos em 2020. Muito obrigado." -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou: -----

----- "Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Quando quiserem sinalizar cedências de tempo, é quando o tempo está a terminar e não depois da Mesa ter dado a tolerância de 1 minutos e 20 segundos ao Senhor Deputado." -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado João Carlos Pereira, do PCP.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Carlos Pereira (PCP),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Ora em relação à Proposta apresentada, o Ponto 3.1, valorização da Torre do Jogo da Péla, dizemos o seguinte, é papel do Estado a salvaguarda, o estudo, a divulgação do património cultural, nacional, regional e local erudito e popular tradicional ou atual, assente em políticas sectoriais que executem este compromisso.---

----- O PCP defende desde há largos anos medidas para a conservação e valorização do património cultural, o PCP apresentou, aliás, no Orçamento de Estado para 2018, a Proposta de criação de um programa Nacional de Emergência do Património Cultural para diagnosticar, conhecer e monitorizar reais necessidades de intervenção e salvaguarda do património material e imaterial, reforçando as condições para o acesso, fruição, estudo e divulgação e prevendo os meios financeiros e técnicos materiais e humanos necessários para o efeito.-----

----- Considerando a continuidade da intervenção que o PCP defende que deve ser dada nesta matéria, e que foi apresentada este ano, uma Proposta que pretende prosseguir o caminho apontado pela Proposta constante no Orçamento de Estado 2018, e assim garantir novos passos no sentido da necessária salvaguarda do património cultural do nosso país, cujo objetivo passa entre outros, pela elaboração de uma carta de risco com as prioridades de intervenção, de salvaguarda e de investimento no património edificado público classificado, ou em vias de classificação, a nível nacional e dando sequência ao Programa Nacional de Emergência do Património Cultural.-----

----- Visando a presente Proposta objetivos que defendemos, acompanhamos a mesma.-----

----- Em relação à Proposta 3.2. Lisbo’Arte, Casa das Artes de Lisboa, dizer que, em maio deste ano a esta Assembleia aprovou a Recomendação 23.1 apresentada pelo PCP, relembramos o seu título “Lisboa precisa de uma política cultural de apoio à criação e fruição com os agentes culturais e com os lisboetas”, na altura reafirmámos nesta Assembleia, as nossas preocupações em relação à opção que a atual maioria tem escolhido promovido e apoiado.-----

----- É uma opção recai numa política centrada nos grandes eventos, que se esgota na utilização de espaços e que está subordinada ao consumo turístico. Uma opção em que prevalece quase sempre a perspetiva do comprador, que abdica do desenvolvimento e consolidação de um trabalho com os agentes da Cultura, potenciando a sua atividade, promovendo a criação de raízes a sua fixação, o seu encontro fecundo.-----

----- Nesta Recomendação, apresentamos um conjunto de Propostas, mas destacaremos apenas aquela que se refere à matéria agora apresentada, atribuir espaços Municipais devolutos, ou não utilizados, a associações culturais, observando as regras de isenção regulamentares, permitindo o acolhimento para ensaios e a criação de produções próprias aos diferentes agentes culturais.-----

----- Referimos que o acesso das estruturas associativas aos espaços Municipais é difícil e prevalece a ausência de projetos, apoios e incentivos às coletividades, clubes e outras associações, e que muitas destas resistem, com as maiores dificuldades, e correm novos perigos face à lei dos despejos, não esquecendo a autoria da Lei, o CDS, e os impactos que a mesma teve e tem na vida de tantos lisboetas, e do movimento associativo e cultural. -----

----- Por tudo isto votaremos favoravelmente a presente Proposta. Obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra continuou: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado, beneficiou de tempo cedido pelo Partido Ecologista, Os Verdes.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou: -----

----- “Tem a palavra a senhora Deputada Isabel Pires, do BE” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires (BE),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Presidente em Exercício, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas. -----

----- Relativamente às Propostas que estão aqui a discussão, do CDS relativas à área mais cultural e de conservação de património, dizer que o Bloco de Esquerda votará favoravelmente as duas Propostas, tecer aqui algumas considerações, nomeadamente sobre a Proposta da criação da Casa das Artes de Lisboa, até para tentar perceber a qual é que será o figurino, considerando também que a Proposta em si sendo bastante concreta no que toca às valências que esta casa teria, deixa a questão de um regulamento ou de uma normativa que depois define as regras, de cedência ou aluguer de espaços, obviamente, para a Vereação que irá depois fazer esse trabalho. -----

----- Aquilo que importa para o Bloco de Esquerda aqui garantir é que, de facto, estaremos a falar de uma casa que está, de facto, aberto a todos e a todas, de uma forma pública, porque, de facto, são necessárias políticas públicas para a cultura também, e a infelizmente também que este executivo temos tido maus exemplos de gestão cultural que retiram a política pública, e a optam mais pela concessão a privados do que propriamente a manutenção pública, mas também dizer que, há uma questão importante a ressaltar que politicamente para nós é relevante, que tem a ver com a não existência praticamente de espaços para criação. -----

----- Não tanto para a apresentação de obras, independentemente do tipo de espetáculos que estejamos a falar, mas, de facto, tem havido uma carência muito grave de espaços para criação, para ensaios, para que jovens artistas especialmente possam ter a sua criação, isto também foi muito fruto da lei relativamente ao arrendamento urbano, que obviamente, não esquecemos que é que foi o autor, a autora neste caso da lei que provocou tantos despejos e aumentos tão grandes das rendas, foi exatamente o CDS e, portanto, aqui poderemos estar perante uma tentativa de minimizar ou de fazer, tentar fazer esquecer um pouco esta esta história de CDS, mas, de facto, na cidade de Lisboa foi muito importante o impacto da Lei das Rendas, da

Lei dos Despejos também na área cultural, porque, neste momento, um jovem artista, ou uma jovem artista que necessite de alugar uma sala para pintar, para fazer as suas esculturas, para ensaiar a sua música, ou as suas peças de teatro, não tem possibilidades por causa também dos valores das rendas, absurdamente altos e, portanto, é importante que estejamos aqui a discutir uma Proposta que vá ao encontro de uma política pública cultural e de usufruto do espaço também de património que seja da Câmara, que esteja aberto especialmente aos jovens e às jovens, mas a questão que nós deixávamos era que efetivamente no que toca ao regulamento ou à normativa que vai definir depois as regras de cedência, se estará garantido ou se pretendem que esteja garantida, de facto, o acesso público e de preferência sem qualquer custo para a os jovens e as jovens lisboetas, porque caso contrário vai acabar, vai acabar por não ter qualquer tipo de importância para os jovens criadores.”-----

---- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada. Não sei se a Câmara quer usar da palavra? Senhor Deputado Diogo Moura tinha aqui a indicação que queria encerrar como proponente, é isso, não é?-----

----- Portanto, vamos dar a palavra à Senhora Vereadora, e fecha CDS, como proponente encerra, isto se não se verificaram mais inscrições.”-----

---- **A Senhora Vereadora Catarina Vaz Pinto**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhor Presidente em Exercício.-----

----- Em relação à Proposta da Torre do Jogo da Péla, quero dizer que a Direção Municipal de Cultura, através da direção de salvaguarda do património cultural, tem estado a trabalhar na sua reabilitação, e tem feito, enfim, tem feito umas limpezas constantes, é um monumento que é o objeto do maior, da maior atenção, por este Departamento da Câmara, devo dizer que é difícil combater os *graffitis*, só já neste mês de novembro foram limpos no dia 16 e 20, portanto, há uma manutenção constante.-----

----- De qualquer forma já foi elaborado um diagnóstico e está prevista a execução do projeto de integração e musealização do monumento. A elaboração do projeto de Arquitetura Paisagística, a conceção e instalação de sinalética e a instalação de um projeto de iluminação monumental, portanto, havendo condições financeiras, todo este processo vai avançar.-----

----- Em relação a Lisboa, Casa das Artes, pensamos que, na verdade a Câmara já tem vários espaços, reconhecemos que é ainda uma carência, mas que a Câmara tem tempo procurado combater essa carência de várias formas, nomeadamente, muito recentemente, inaugurou o Teatro Luís Camões, está a reabilitar o Teatro do Bairro Alto, que tem 190 lugares e realmente corresponde a esses espaços intermédios que a Cidade tem falta.-----

----- Há também um auditório na Biblioteca de Marvila, com 170 lugares, que também, e com uma plateia amovível, portanto, que também é muito flexível e tem servido de espaço a muitas entidades e a muitos projetos de artistas emergentes.-----

----- Temos os vários *ateliers*, que agora estão postos a concurso, e pensamos que o reforço desta dimensão de apoio aos agentes culturais, também deve ser feito através das Freguesias e ir para os locais, para permitir a descentralização territorial, portanto, é o que tenho a dizer sobre este assunto. Muito obrigada.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigado Senhora Vereadora. Vamos dar a palavra ao Deputado Municipal Diogo Moura, que tem uma cedência de tempo, portanto, Senhor Deputado, um minuto agora.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- Apenas para comentar as intervenções, dizer, obviamente que a concordar com aquilo que foi a intervenção do PCP, mas dizer que daquilo do levantamento, nós fizemos na Direção-geral do Património Cultural, e podem ver ao dia de hoje, o que diz é que a há um auto de sessão do Estado à Câmara em 1942, e que depois foi reformulado em agosto de 79, portanto, a afetação e à Câmara e não é ao Estado, embora seja uma obrigação do Estado, neste caso é uma competência da Câmara, tem que sair do Orçamento da Câmara.-----

----- Relativamente à recomendação do PCP que aqui falou, nós na altura tivemos oportunidade de intervir, votámos a favor e reforçámos esta necessidade de dar mais apoio aos pequenos Grupos culturais da cidade, que na prática são a essência da entidade do nosso Município.-----

----- Em relação ao Bloco, só esclarecer aqui uma questão, o que nós aqui propomos é basicamente o modelo que já existe, mas que não dá resposta suficiente e não tem tantas valências, que é o Pólo Cultural das Gaivotas, e nós achamos que este equipamento deve ser gerido diretamente pela Direção Municipal de Cultura que tem esta divisão própria, e não pela EGEAC, e obviamente que a abertura é a todos. -----

----- O que eu proponho aqui à Senhora Vereadora é que no futuro, e se esta Proposta for aprovada, que hajam reuniões, não só por todas essas entidades e com os Grupos informais e culturais, mas também que haja uma Reunião com todos os partidos e forças políticas, digamos assim, representados nesta Assembleia, para nós próprios também podermos dar um contributo para aquilo que será o normativo ou a regulamentação.-----

----- Por fim também agradecer à Senhora Vereadora, é verdade que a Direção Municipal de Cultura, muitas vezes com poucos recursos faz muito na área da salvaguarda do património e, portanto, também tenho que felicitar porque o que vai ser a intervenção na Torre do Jogo da Péla, ela vem tarde, mas vem, e isso é que é importante.-----

----- Agora falta aqui uma resposta que nós queremos dar com esta Casa das Artes, e com as várias valências que estão na Proposta, não só às coletividades, mas por exemplo, também às casas regionais, a pequenos Grupos informais culturais e, portanto, a um problema a que a Senhora Deputada falou da lei das rendas, mas que

vem muito antes, porque há Grupos que nunca tiveram espaço, nem sequer de ensaio, quanto mais de acesso ao circuito de equipamentos que existe na Cidade que eles não conseguem ter acesso e, portanto, queria só deixar estas notas. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.-----

----- Encerrado o debate, vamos proceder à votação em separado das duas Propostas.”-----

----- **Proposta n.º. 004/CDS-PP/2018**, não tem votos contra e nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM e IND A **Proposta n.º. 004/CDS-PP/2018** foi **aprovada por unanimidade**.-----

----- **Proposta n.º. 005/CDS-PP/2018**, votos contra do PS, 6 IND, votos de abstenção 3IND, votos a favor do PSD, PCP, CDS-PP, BE, PAN, PEV, MPT e PPM. A **Proposta n.º. 005/CDS-PP/2018** foi **rejeitada**.-----

----- Há uma Declaração de Voto de dois Senhores Deputados Independentes, escrita. -

----- (Dois Senhores Deputados Independentes, Paulo Muacho e Patrícia Gonçalves, não apresentaram a Declaração de Voto).-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos, vamos passar ao ponto 4.”-----

----- **PONTO 4 - APRECIACÃO DA RECOMENDAÇÃO 044/02 RESULTANTE DO RELATÓRIO DA 7ª COMISSÃO PERMANENTE SOBRE A VISITA AO OPERÁRIO FUTEBOL CLUBE DE LISBOA, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO ART.º 15º DO REGIMENTO; GRELHA BASE: 34 MINUTOS;**-----

----- (A Recomendação 44/02 (7ª. CP) fica anexada a esta Ata, como **Anexo VII** e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Temos também uma Proposta de alteração ao terceiro ponto deliberativo da Recomendação, apresentada pelo Partido Comunista Português, e solicitava aos Serviços que ficasse registado em Ata o meu impedimento, uma vez que também faço parte dos corpos sociais desta coletividade e, portanto, que não participarei, a não ser na condução dos Trabalhos, quer no debate, quer nas votações destas Propostas que temos em cima da mesa.-----

----- A indicação que tenho é que será o Senhor Deputado Municipal Francisco Rodrigues dos Santos, como relator, pergunto se apresenta se apresenta? Se apresenta a Senhora Presidente? Se apresentam os dois, com por vezes é tradição na 7ª Comissão. Portanto, o Senhor Deputado e depois também a Senhora Presidente da 7ª Comissão.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Municipal Francisco Santos, do CDS- PP, como Relator.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Francisco Santos (CDS-PP)**, no uso da palavra, enquanto relator, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhoras e Senhores Deputados Municipais, esperando que as comemorações do 25 de Novembro tenham sido boas para todos e para todas, eu gostaria de saudar a Presidente da 7ª Comissão, minha querida Simonetta Luz Afonso, e sem prejuízo, de depois ouvirmos as suas sábias e sempre sábias palavras, eu gostaria uma vez que fui o Relator, de fazer uma breve síntese das Recomendações que foram extraídas do Relatório da visita à sede social de Operário Futebol Clube de Lisboa, Relatório esse que foi aprovado por unanimidade pela 7ª Comissão.-----

----- Em resultado dessa mesma deslocação todos os Senhores Deputados puderam constatar *in loco* a acentuada degradação da sede social do edificado, das instalações próprias do referido clube, e elas podem ser verificadas cabalmente através da delapidação dos equipamentos balneários, das instalações sanitárias, da cobertura do edificado e designadamente através das inúmeras infiltrações e humidades bem patentes nas paredes e no teto do edifício. -----

----- Bem, foi claro para a 7ª Comissão, após a devida audiência dos representantes legais do clube e também a verdade é essa, que conseguimos sentir o pulsar e medir a pulsação às gentes e à zona envolvente, os cidadãos daquela localidade, que o clube desempenha um papel bastante relevante e predominante no tecido social da zona circundante, e atendendo ao facto da requalificação do Vale de Santo António, que cobre aquela área, está neste momento a ganhar um novo alento, parece-nos de garantir para já de uma necessidade fulcral, é que o clube tenha todas as condições e os meios adequados para cumprir com dignidade os fins a que se destina. -----

----- Desde o colocar à disposição da comunidade todos os meios necessários a uma prática desportiva condigna, mas não só, assegurar que continua a ministrar serviços fundamentais de índole social e cultural, como foram amplamente demonstrados pela nossa deslocalização, e ida ao terreno, portanto, a 7ª Comissão vem propor à Assembleia Municipal que recomenda à Câmara três pontos estruturantes: o primeiro é que seja dado guarida à intenção do Futebol Clube de Lisboa, para que participe Vele de Santo António, e que se encontre uma solução urgente para a recuperação do seu património e uma requalificação qualitativa das suas instalações sociais.-----

----- O ponto dois, que sejam prestadas ao clube todas as informações úteis sobre o seu futuro e que o clube seja convidado a apresentar sugestões sobre a requalificação do seu espaço e mais até do que isso, a sua visão sobre a localização futura das novas instalações do campo desportivo.-----

----- E para terminar no ponto três, consideramos urgente que em harmonia com aquela que é pretensão do clube, mas não só, a vontade coletiva daquela população, que a solução para o Operário Futebol Clube de Lisboa, passe em primeiro plano pela integração do clube no quadro da empreitada Vale de Santo António. Tenho dito.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. Agora a palavra à Presidente da 7ª. Comissão Senhora Deputada Simonetta Luz Afonso.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Simonetta Luz Afonso (PS)**, no uso da palavra, enquanto Presidente da 7ª. CP fez a seguinte intervenção:-----
----- “Boa tarde Senhor Presidente, Mesa, Senhores Deputados, Jornalistas presentes, Público, Senhores Funcionários.-----
----- É sabido que a 7ª Comissão, bem como certamente todos os colegas aqui presentes, têm um especial carinho pelos clubes desportivos ou recreativos e culturais dos bairros.-----
----- Este clube, o Clube Operário Futebol Clube de Lisboa, como outros clubes, têm um papel importantíssimo na coesão social e cultural de um bairro trazendo inclusivamente pessoas de fora do bairro, ao bairro, para praticarem desporto e tem um papel muitíssimo importante na formação desportiva de jovens e crianças. -----
----- Nós fomos visitar o Operário Futebol Clube e eu fiquei diria que indignada com a qualidade, a falta de qualidade das instalações do clube, têm de facto, um bom campo desportivo, porém, têm balneários, casas de banho, enfim, pequenas, mínimas e exíguas instalações de uma péssima qualidade onde chove e onde eu não sei se a ASAE algum dia lá fosse certamente que as encerrava por má qualidade e por perigo para a saúde pública. -----
----- Penso que a Câmara terá, como nós todos, a Câmara Municipal de Lisboa terá como nós todos o mesmo empenho, no bem-estar dos seus cidadãos e tanto que agora se fala em desporto e desporto para todos, parece impossível que, de facto, este clube centenário não tenha umas instalações condignas.-----
----- Neste momento parece que o Vale de Santo António, onde se situa a sede do clube, está a ser repensado para uma urbanização, portanto, parece-me de todo, enfim, de todo toda a justiça que não só o futebol ou o Operário Futebol Clube seja ouvido, para poder integrar as suas instalações renovadas, certamente, nesta futura urbanização, que só ganhará em ter um clube centenário no seu seio, como também acho que é importantíssimo, que até lá, porque estas coisas demoram até que o projeto seja aprovado, que o projeto de Arquitetura seja feito, etc., etc., que se renovem estas pequenas instalações, não é assim tão caro como isso, e acho que não se justifica que vivam nestas condições, diria sub-humanas que nós acompanhámos e presenciamos, porque a 7ª Comissão não está a falar de core, deslocou-se em virtude de ter ouvido os responsáveis pelo clube, quisemos ir ver *in loco* se, de facto, a situação era tão má como a pintavam e, de facto é! Talvez até seja pior do que aquilo que nos foi dito, portanto, pede-se que a Câmara urgentemente mande alguém, um arquiteto, um engenheiro, enfim, responsáveis, olhar para aquelas instalações e resolver o problema, enfim, estrutural das instalações e, por outro lado que envolva o clube no futuro desta urbanização, que só ganhará com a presença deste centenário clube desportivo. -----
----- Queria ainda informar que acompanhamos a Proposta do PCP relativamente ao pode número 3, em que se retire a palavra “se possível” e a frase passe a ser “ se em harmonia com a atual pretensão do clube e com a vontade coletiva da comunidade local, a solução passe pela integração da instituição no quadro da empreitada do Vale de Santo António”, agradeço esse contributo e, de facto, a 7ª Comissão deslocou-se toda e todos nós tivemos em acordo, não houve uma voz dissonante, porque, de facto,

a realidade supera a fantasia e a gritante, e é importante que esta situação se resolva, mesmo antes da Urbanização do Vale de Santo António. Muito obrigada.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou: -----

-----“Tem a palavra o Senhor Deputado João Carlos Pereira, do PCP.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Carlos Pereira (PCP),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Ora em relação à Recomendação 044/02 resultante do Relatório da 7ª Comissão Permanente sobre a visita ao Operário Futebol Clube de Lisboa, consideramos o importante papel do movimento associativo, papel fundamental na construção e na vivência da Cidade, os instrumentos reguladores do Ordenamento do Território devem servir o planeamento assente numa ideia de gestão do território, que deve privilegiar o interesse público, e não interesse do mercado, a cidade precisa de planeamento que garante ocupação, uso e transformação do seu território, garantindo sempre o progresso social. -----

----- A situação em que se encontra o Operário Futebol Clube de Lisboa, que visitámos integrados na 7ª Comissão, é um caso paradigmático de um planeamento que é feito de costas voltadas para a realidade do quotidiano, é o planeamento que é feito esquecendo direitos, como o trabalho, a habitação, a educação, a saúde, o lazer, a cultura, o espaço público e a sua fruição, é um planeamento que está contra a realidade e a vontade e aspirações das populações e dos seus agentes. -----

----- O direito à Cidade, hoje tão colocado em causa, exige uma planificação orientada para as necessidades sociais com clareza e rigor e se estes passos tivessem sido garantidos desde o início da requalificação do Vale de Santo António, se o Operário Futebol Clube de Lisboa fosse a par de tantas outras associações e coletividades da Cidade apoiado na sua ação, não estaríamos hoje por certo, perante uma Proposta de Recomendação deste teor. -----

-----Votaremos favoravelmente a Recomendação e em relação, portanto, à expressão “se possível”, portanto, a Senhora Presidente da Comissão já na sua intervenção referiu, portanto, que ela é aceite. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Não registamos mais pedidos de palavra, nem por parte da Câmara. -----

----- Senhoras e Senhores Deputados, cumpre-me fazer uma pergunta, para que depois não haja dúvidas regimentais, nenhum membro da 7ª Comissão se opõe àquilo que foi transmitido pela Senhora Presidente, em nome da Comissão? E que, portanto, poderemos ter uma votação única e fusão das Propostas, com a retirada, tal como o PCP propunha da Recomendação 44/02, no considerando número 3 da expressão “se possível”. -----

----- Registrou o silêncio e, portanto, a concordância com a expressão que foi feita quer na intervenção da Presidente da 7ª Comissão, quer da intervenção do Grupo Municipal do Partido Comunista Português e, portanto, vamos passar à votação da Recomendação 44/02, com a redação do considerado número 3, que resulta da Proposta do Partido Comunista Português. e aceite por todos.-----

----- Agradecia às Senhoras e Senhores deputados que se sentassem, que estão a dialogar para votarmos. Vamos preceder então à votação.”-----

----- **Recomendação 044/02 (7ª. CP)**, não há votos contra e nem de abstenção, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM e IND. **A Recomendação 044/02 foi aprovada por unanimidade.**-----

----- (Votação com a redação do ponto 3 da parte deliberativa, resultante da fusão da Proposta de Alteração apresentada pelo Grupo Municipal do PCP com o ponto 3 da Recomendação 044/02 (7ª. CP).-----

----- (O Senhor Deputado Municipal Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo do Grupo Municipal do PS, não participou na apreciação e votação desta Recomendação por impedimento legal)-----

----- **PONTO 5 - APRECIACÃO DO PONTO 1 DA PARTE DELIBERATIVA DA PROPOSTA 683/CM/2018 - ADESÃO DO MUNICÍPIO DE LISBOA À REDE POLIS, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NAS ALÍNEAS C), K) E P) DO N.º 2 DO ARTIGO 23.º E DA ALÍNEA N) DO N.º 1 DO ARTIGO 25º, DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDACÇÃO ATUAL; GRELHA BASE – 34 MINUTOS;**---

----- **Parecer da 8ª Comissão Permanente;**-----

----- (O Ponto 1 da Proposta 683/CM/2018 foi anexado a esta Ata como **Anexo VIII** e dela faz parte integrante)-----

----- (O Parecer da 8ª. CP foi anexado a esta Ata como **Anexo IX** e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos agora ao Ponto 5 da Ordem de Trabalhos, e recordando que às dezassete horas e trinta teremos a Segunda Sessão do Debate Temático sobre o Impacto do Turismo na Cidade de Lisboa, com o tema Impacto Social e Turistificação.-----

----- Agora vamos para o ponto número 5 da Ordem de Trabalhos, Adesão do Município de Lisboa à Rede Pólis nos termos da Proposta e ao abrigo das disposições legais e regimentais.-----

----- Não temos indicação da Câmara para apresentar a Proposta. Temos um Parecer da 8ª Comissão Permanente de que é Deputado Relator o Senhor Deputado João Valente Pires, prescinde da apresentação da Proposta.-----

----- Não registamos inscrições e, portanto, vamos passar à votação do ponto 1 da parte deliberativa da Proposta 683/2018.-----

----- **Ponto 1 da parte deliberativa da Proposta 683/2018**, não tem votos contra e nem de abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM e

IND. O Ponto 1 da parte deliberativa da Proposta 683/2018 foi aprovado por unanimidade. -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Assim sendo, esgotámos os pontos que tínhamos para hoje a Ordem de Trabalhos, e vamos fazer aqui com intervalo para a mudança, às dezassete horas e trinta minutos teremos o Debate Temático que será presidido pelo Senhor Deputado Municipal Miguel Coelho.” -----

----- **A Reunião da Assembleia Municipal terminou eram dezasseis horas e cinquenta e cinco minutos.** -----

-----**(Intervalo)**-----

----- **PONTO 6. 2.^a SESSÃO DO DEBATE TEMÁTICO “O IMPACTO DO TURISMO NA CIDADE DE LISBOA”, COM O TEMA – “IMPACTO SOCIAL E TURISTIFICAÇÃO”, NA SEQUÊNCIA DA APROVAÇÃO DA PROPOSTA 001/MPT/2018, PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, EM 3 DE JULHO DE 2018 E DE ACORDO COM O FORMATO E PROGRAMA EM ANEXO; GRELHA DO PERÍODO DESTINADO AOS DEPUTADOS MUNICIPAIS: 3 MN POR FORÇA POLÍTICA E 3 MN PARA OS DM QUE EXERCEM O MANDATO COMO INDEPENDENTES.**-----

----- **O Moderador, Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Então muito boa tarde, vamos dar início à segunda parte do Debate Temático iniciado na semana passada, “O Impacto do Turismo na Cidade de Lisboa.” -----

----- Hoje este painel é especificamente sobre “Impacto Social e Turistificação”, é algo que para mim na qualidade de Moderador mas também de Autarca Presidente de Junta de Freguesia, é algo que me preocupa diariamente, não porque diabolize a atividade turística, antes pelo contrário, mas porque todos nós certamente reconheceremos que qualquer atividade tem sempre impactos no território onde ela é exercida, e quando eles não são controláveis, podem originar situações inconvenientes para todos.-----

----- De maneira que quero saudar a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, pela iniciativa deste debate, também agradecer-lhe o convite que me fez para moderar o mesmo. -----

----- Temos aqui os nossos distintos convidados, apenas falta uma das convidadas que está a chegar, que é a Senhora Presidente da UACS a Doutora Lurdes Fonseca, que ande estar a chegar, aliás, já comunicou que já estava mesmo a chegar. -----

----- À minha esquerda está a Doutora Filomena Diegues em representação da AHRESP, à minha direita a Doutora Teresa Costa Pinto, Socióloga Urbana no ISCTE, e à direita ainda está o Senhor Presidente da Associação do Alojamento Local, o Senhor Doutor Eduardo Miranda, que também cumprimento com muito gosto.-----

----- O modelo deste debate que me foi comunicado é porventura um modelo um bocado estático, vamos tentar cumpri-lo com a interpretação que eu farei enquanto Presidente Moderador deste debate.-----

----- Há uma primeira intervenção dos Membros deste painel de cerca de dez minutos cada, naturalmente, com toda a flexibilidade que eu terei. -----

----- Depois há uma segunda parte onde poderão intervir as instituições que foram convidadas à assistir e a participar neste debate, e depois uma terceira parte onde estão previstas as intervenções do público. -----

----- Como as intervenções estão limitadas a um determinado número de pessoas, eu peço que a partir de agora quem se quiser inscrever, quer para a segunda parte, enquanto oradores personalidades convidadas, quer enquanto público, que o podem fazer junto da Mesa. -----

----- Temos também dois Deputados Relatores que eu quero cumprimentar, a Senhora Deputada Maria Luísa Aldim do CDS-PP que está ali sentada, e falta o Senhor Deputado Sobreda Antunes que não estou a vislumbrar neste momento, mas que também é Deputado Relator deste debate. -----

----- De maneira que vamos para não perdermos mais tempo, ou para ganharmos tempo para o debate. -----

----- Vou imediatamente passar a palavra ao Doutor Eduardo Miranda, Presidente da ALEP, Associação do Alojamento Local em Portugal, faz favor tem a palavra, tempo de referência dez minutos, fá-lo daí ou dali conforme o entender. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Doutor Eduardo Miranda na qualidade de Orador Convidado**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito bem, boa noite a todos. -----

----- Começo por agradecer o convite, especificamente à Presidente da Assembleia Municipal a Arquiteta Helena Roseta, cumprimento o Moderador, Vereadores, Público em geral. -----

----- É com prazer e espírito e aqui de abertura que participamos deste debate, nós acreditamos que é fundamental, aliás, talvez o maior desafio que temos neste processo todo de encontrar equilíbrios é evitar a radicalização do discurso, evitar a lógica do que uma parte só ganha se a outra perder, e só com o diálogo é que isso é possível, chegar a soluções, chegar a equilíbrios, e portanto louvamos esta iniciativa. -----

----- Bom, passo logo diretamente ao tema, o desafio que nos foi colocado, foi sobre o “Impactos do Turismo Gentrificação e Turistificação”, a sessão de hoje, e começo por chamar a atenção justamente sobre a questão do próprio enfoque da discussão deste tema. -----

----- Sem dúvida alguma é importante, é preciso discutir os efeitos negativos que qualquer atividade traga, mas dar o enfoque demasiado aos aspetos negativos, corremos dois riscos. -----

----- O primeiro deles é ao só olhar para as questões negativas ter medidas desproporcionais como resultado, e o segundo deles que, é um que nós tememos, é ao dar enfoque só às questões negativas de alguma maneira colocar a população contra o turismo, especificamente o alojamento local, seja o que for, esse é um perigo grande porque é uma das grandes valências que nós temos é a tolerância. E o turismo tem um peso também hoje importante para todos na economia. -----

----- O turismo não é nem deve ser a salvação nacional, ou a única via de desenvolvimento, é um erro como natural, mas não se pode negar que o turismo foi aqui o motor da recuperação económica, de emprego, ajudou a criar milhares de empregos. E ajudou o país e a própria cidade a sair desta crise, que foi uma crise difícil e dura para a população. -----

----- Nós não podemos nunca neste discurso deixar de lado os aspetos positivos do turismo, porque se deixarmos isso a balança vai pender aqui, e não conseguimos aqui encontrar soluções práticas e equilibradas.-----

----- E posso dizer que talvez no caso do alojamento local, onde mais especificamente represento, esta parte positiva da balança foi esquecida, e por muito pouco não corremos o risco neste processo de estar a criar aqui impactos negativos de grande vulto inclusive com risco de desemprego. -----

----- Eu aproveito para lembrar um pouco aqui, o papel que também que o alojamento local teve nesse processo, antes de começarmos a falar aqui dos desafios e dos pontos negativos. -----

----- Atualmente o alojamento local é acima de tudo é uma tendência internacional, ou seja de viajantes que querem conhecer novas experiências, querem ficar mais próximos inclusive dos destinos. Hoje em Lisboa representa 40% das dormidas, sim 40%, ou seja sem alojamento local não teria havido crescimento nem do turismo, não havia o *Web Summit*, não havia *Champions League*, não havia a Eurovisão. -----

----- Em termos de emprego é algo que nós, porque o alojamento local ainda está fora das estatísticas, porque é algo relativamente recente. Em termos de emprego o alojamento local representa hoje qualquer coisa como cerca de dez mil empregos, criados nos últimos cinco anos, e estamos a falar da cidade de Lisboa. -----

----- Vivem do alojamento local hoje cerca de cinco mil famílias, duas mil e quinhentas microempresas.-----

----- Os dados são públicos, e não sei porquê ao contrário do que se disse, nós temos visto muita associação do alojamento local, com o grande capital, os fundos, também existem como é óbvio. O alojamento local é feito essencialmente de pequenas iniciativas.-----

----- O que o alojamento local trouxe foi uma democratização do turismo, até então era restrita a grandes grupos, alguns grupos até internacionais a questão da acomodação turística, hoje essa receita que antes ficava, e muitas vezes ia para o estrangeiro, e que tem todo o direito disso, não estou a falar aqui em nenhum tipo de crítica à hotelaria, mas a verdade é que o alojamento local trouxe uma democratização, e boa parte desse dinheiro hoje fica em Portugal, e fica com as famílias e é gasto no dia-a-dia, no comércio, na restauração, portanto foi uma grande salto de democratização de uma parte do turismo. -----

----- Posso deixar como exemplo aqui, e esses dados são públicos mais uma vez estão numa coisa que se chama Registo Nacional de Alojamento Local. Hoje em Lisboa existem qualquer coisa como oito mil titulares de alojamento local, apenas catorze deles, catorze em oito mil possuem mais do que cinquenta registos. -----

----- Nós também entregámos a todos os partidos na ronda que fizemos parlamentar, alguns dados a mostrar que o peso dos operadores com mais de dez unidades por exemplo, desde 2015 até hoje diminuiu, eram 25% passou a 22%. Isto porquê? Porque essencialmente o crescimento do alojamento local fez de pequenos operadores, de particulares, de pequenas empresas ou microempresas.-----

----- O alojamento local também muitas vezes tem sido descurado, pode ter um papel importante inclusive no comércio local, hoje fala-se muito da turistificação, na expulsão do comércio tradicional na substituição.-----

----- O alojamento local pelo contrário, o visitante quer esta experiência, se calhar trabalhamos é pouco isso, mas o alojamento local não consome, não temos restaurantes nas unidades, portanto ele consome no talho ao lado, consome na farmácia, consome no café. E o visitante gosta inclusive do produto típico, portanto aqui há uma margem enorme de trabalhar, e o alojamento local pode ser um veículo inclusive de coesão local e de sustentar um comércio que já há muito tempo tem dificuldades de sobreviver.-----

----- Sobre o tema específico que trouxeram aqui a gentrificação.-----

----- A gentrificação está muito associada à questão da habitação, ao aumento do custo de habitação. E no início do debate aquilo que sentimos um pouco foi que o alojamento local apareceu como o culpado de todos os males, ou seja o especial em habitação, mesmo às vezes onde não estava presente.-----

----- Hoje o debate mudou um pouco, aliás vimos na última sessão e ao longo desse processo todo de discussão da própria legislação, e foi reforçado por vários participantes que esse é um problema bastante mais alargado, ou seja o peso hoje do próprio turismo do alojamento local, nesse processo está bastante mais equilibrado aqui, quando se coloca alguns dos pontos que nós sabemos hoje que afetam fortemente os preços, como a questão do investimento estrangeiro. Neste momento nós temos estrangeiros aqui por várias razões, o *golden visa*, residentes não habituais, investidores internacionais, a questão do fluxo financeiros, estudantes estrangeiros também, e o próprio turismo com o alojamento local e hotelaria, que criam alguma pressão, alguma pressão de preço, mas a verdade que essa capacidade grande, dessa procura que cresceu estrangeira, acaba por puxar os preços para cima.-----

----- Do outro lado, temos um problema grave, que é a falta de habitação, falta de oferta habitacional. O Senhor Vereador Manuel Salgado esteve aqui na última edição falou-se nos quarenta mil novos fogos que foram criados antes da crise, que foram mil e poucos depois da crise, ou seja não há produção nova.-----

----- E é uma lei do mercado quando há pouca oferta ou não há nova oferta, e há uma procura grande, ainda mais por compradores com capacidade financeira, no caso de alguns segmentos estrangeiros, há um aumento de preços.-----

----- Bom, foi-nos pedido também para trazer aqui, a Presidente da Assembleia Municipal, algumas sugestões ou como é que nós víamos aqui, porque já se falou muito dos prós e contras, eu acho que nós estamos na fase de tentar encontrar aqui equilíbrios e soluções.-----

----- Sobre a contenção do alojamento local. A nossa opinião é que obviamente não resolve problema nenhum de habitação, mas é uma realidade que temos que discuti-las.

----- Entendemos essa questão da contenção mais numa ótica da pluralidade, ou seja da multifuncionalidade, nós não queremos, nem ninguém quer, que um bairro, ou uma área seja só turismo, ou seja só alojamento local, ou seja o que for, aliás é prejudicial para o nosso negócio como um todo.

----- Mas parece que todo esse problema só tem na fórmula o alojamento local, ou seja se for um hotel, se amanhã for substituído por um estudante que pague mais do que o habitante local, isso já não afeta a fórmula, já não afeta ninguém, portanto precisamos de olhar esse problema como um todo, e isso é importante, que é para não estarmos a criar “bodes expiatórios”.

----- Bom, sobre as zonas de contenção, especificamente e já que estamos aqui na Assembleia em breve se calhar vem o regulamento, nós apresentamos uma série de dados e propostas para a Câmara.

----- A nossa visão é que o que interessa é o regulamento.

----- As suspensões que foram feitas temporárias, são isso mesmo são temporárias e tem um efeito contraproducente, aliás, nós vimos o que foi a corrida de registos, o importante é trabalhar aqui no regulamento. O regulamento é que vai dar aqui algumas regras essenciais.

----- A Câmara apresentou uma proposta que tem algum sentido, que tem alguns indicadores, esse é o primeiro ponto a necessidade de indicadores objetivos, ou seja isso não pode ser uma guerra, uma corrida, dizer; “a minha região tem pressão, então queremos aqui suspender”, acima de tudo aquilo que nós propusemos é fazer vários níveis de pressão, vários níveis de pressão, e de acordo com o nível de pressão, que não precisa de chegar ao nível máximo crítico, é criar aqui políticas de gestão do crescimento, políticas inteligentes de gestão do crescimento.

----- No fundo a nossa proposta, e entregamos em detalhe não vou estar aqui a minuciar porque não tenho tempo para isso.

----- Mas dizia essencialmente que nessas zonas intermédias de pressão, ou seja o indicador mais ou menos a metade dos indicadores que a Câmara colocou, deve-se começar a fazer uma gestão direcionada do crescimento. Onde por candidaturas, que têm que ser transparentes e públicas, com uma pontuação, as novas vagas são abertas mas sempre na mesma direção do que é o interesse público, e portanto aí posso valorizar imóveis que estejam vagos, no fundo direcionar aquilo que não afeta a habitação. Isso é possível, e está nas mãos da Câmara neste momento.

----- Um segundo aspeto, o fundamental disso é promovermos a habitação.

----- Eu já sei que estou no limite ...peço...”

----- **O Moderador, Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:

----- “Mais dois minutos.”

----- Chega?”

----- **O Senhor Doutor Eduardo Miranda na qualidade de Orador Convidado**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vai chegar.-----

----- O ponto principal dessa discussão, e aquilo que nós não acreditamos é que o alojamento local, ou a suspensão vai resolver o problema de décadas de habitação, é como incentivar aqui a habitação.-----

----- E começo por um ponto que é importante aqui, o mito fiscal. A ideia de que não se aposta no arrendamento, ou se aposta mais no alojamento local porque há uma vantagem fiscal.-----

----- Eu fico, absolutamente, surpreendido como há mecanismos que estão na prática e tornariam o arrendamento, absolutamente, imbatível em termos fiscais, e não há uma linha nos jornais que tenha debatido nada em termos públicos.-----

----- Dou como exemplo desde 2018, e pouca gente sabe, e nunca vi uma linha nos jornais, qualquer pessoa que faça uma reabilitação nas ARUS (Áreas de Reabilitação Urbana), isso incluiu quase toda a Lisboa e o centro histórico, desde que comprove mesmo depois da reabilitação feita, que melhorou, ou seja que o estado do imóvel é bom, ou excelente consegue 5% de taxa de IRS, 5% de IRS é imbatível, eu nunca vi uma linha sobre isso, nem na Câmara sequer vi isso divulgado, ou se calhar nem sequer sabiam de grande parte. Isso é um benefício que veio em 2018, não é discutido e temos aqui um instrumento, já aprovado, que é a parte mais difícil, que torna o arrendamento imbatível, muito mais dos que os 20% ou 15% que são colocados. Eu não conheço ninguém que na zona histórica que não tenha feito obras de reabilitação, e que permita entrar nesse benefício.-----

----- Segundo aspeto aqui que é a questão do seguro, esse é dos pontos fundamentais. Um dos maiores medos que foi sempre colocado aqui, e nós fizemos um inquérito disso, é o medo in adimplência. O seguro iria ajudar muito.-----

----- O terceiro e a última sugestão e aspeto importante que tem a ver com a taxa turística. Nós não fazemos parte do fundo, não fazemos parte da taxa turística, não acreditamos que a taxa turística vai resolver os problemas estruturais, nem é para isso que ela serve, também não acreditamos que deva ser uma fonte de financiamento contínuo das Juntas de Freguesia, isso seria um erro, até criar uma dependência das Juntas nesse sentido. Mas na nossa opinião, a taxa podia ter um uso mais flexível, ou seja poderia haver uma dotação aqui, onde por apresentação de projeto, projetos feitos pela Junta, projetos feitos por associações, de preferência projetos que consigam conciliar o turismo, com os interesses locais, que pudessem ser financiados por essa taxa turística, e ajudar assim, que a taxa turística fosse um mecanismo de coesão, e de diminuir o impacto, a tal pegada turística, que é justamente o objetivo dela.-----

----- Da nossa parte, sempre procuramos trazer uma visão construtiva, sempre procuramos e estamos dispostos a sentar à mesa, e sempre procurámos acima de tudo trazer soluções práticas, e com isso podem contar sempre com a nossa presença.-----

----- Obrigado.”-----

----- **O Moderador, Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Doutor Eduardo Miranda, pela sua intervenção, e pela visão apresentada.-----

----- Agora vamos ouvir a Senhora representante da AHRESP a Doutora Filomena Diegues, que certamente também tem uma outra perspetiva para abordar esta temática que estamos aqui a discutir.”-----

----- **A Senhora Doutora Filomena Diegues na qualidade de Oradora Convidada,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa tarde a todos os presentes, ao Doutor Miguel Coelho, aos restantes Membros da Mesa. -----

----- Um agradecimento especial, também, pelo amável convite que nos foi endereçado pela Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Arquiteta Helena Roseta, que nos concedeu o prazer de estar aqui presentes hoje.-----

----- Uma segunda palavra, também, para dizer que não sou muito adepta de intervenções lidas, mas tendo em conta o pouco tempo que é concedido, julgo ser a melhor forma de expressar a posição da AHRESP, sem correr o risco de haver assuntos que depois possam ficar por abordar. -----

----- Apesar do mote deste nosso debate ser o impacto do turismo de forma abrangente, o mote assim o diz, sabemos que basicamente o que está em cima da mesa, é a atividade do alojamento local. -----

----- O seu efeito social, de que forma este é percecionado e sentido pelas comunidades locais, e que medidas podem ou devem ser levadas a cabo, quer pelas entidades oficiais com competências nesta matéria, quer também pelas associações representativas dos agentes económicos desta atividade como é o caso da AHRESP e da ALEP, e em última instância até pelos próprios empresários. -----

----- Desde logo, e para que todo este debate não fique, digamos que de alguma forma inquinado, devemos identificar convenientemente o problema, e desmistificar aqui um ponto que tem a ver com a carga negativa que frequentemente é atribuído ao alojamento local, por via da especulação imobiliária, e que penso já ter sido objeto aqui de discussão nesta mesma sede. -----

----- É inquestionável e é incontornável que nos últimos anos tem registado um aumento de procura de imóveis, para serem reconvertidos em alojamento local, levando a um aumento significativo dos preços de venda, mas isto é uma consequência lógica das leis do mercado, da procura e da oferta. -----

----- Mas a possibilidade e até a facilidade dos proprietários poderem chamar a si os seus imóveis, leia-se “despejo dos inquilinos”, e coloca-los no mercado nada tem a ver com o alojamento local.-----

----- Este efeito adveio única e exclusivamente de uma alteração ao Regime do Arrendamento Urbano em 2012, que de uma assentada liberalizou rendas e despejos, e cujos efeitos mais negativos ainda estão por acontecer, como tantas vezes a AHRESP tem vindo a alertar. -----

----- Este é um tema que, obviamente, por si só nos levaria aqui a um longo e complexo debate. -----

----- Temos assim que mais tarde ou mais cedo, com ou sem alojamento local este era um cenário mais que previsível. E não esqueçamos que este também não é um problema assim tão recente, há já muitos anos que as populações mais jovens têm dificuldade em fixar a residência no centro de Lisboa, isto é uma situação que vem surgindo há muitos anos, e que são assim arrastadas para as periferias. Portanto não é de agora que os preços da habitação do centro de Lisboa, são de alguma forma elevados. -----

----- Possivelmente, em tempos mais antigos era geralmente a classe mais baixa que não podia aceder a habitações no centro de Lisboa, e com esta especulação com o mercado a funcionar desta forma acabou por atingir se calhar uma classe média, mais alta e isso também tem os seus reflexos. -----

----- Posto isto, passamos então à análise da atividade propriamente dita. -----

----- Neste aspeto, primeiro que tudo é imperioso pugnar para que toda a oferta de alojamento local existente na cidade de Lisboa se encontre devidamente licenciada e a funcionar de acordo com todas as regras legais que lhe sejam aplicáveis, isto é um aspeto importante para a qualidade da oferta. Devemos neste aspeto ser absolutamente intransigíveis. -----

----- Sabemos que a intenção a quando do surgimento da Legislação do Alojamento Local, era promover o combate à informalidade e legalizar muito da oferta paralela existente, razão pela qual se estabeleceu um regime, que podemos apelidar *de minimis*, vá lá, que não constituísse ele próprio um desincentivo à legalização. -----

----- E foi por esta razão que a AHRESP desenvolveu o Programa *Quality*, de qualificação e de valorização do alojamento local, que espera poder implementar aqui, na Autarquia de Lisboa, e que além de compreender uma verificação de todos os aspetos legais, comporta uma outra importantíssima de boas práticas, com ações por exemplo ao nível dos resíduos, ou ao nível do ruído, que pretendem dar resposta a muitas problemáticas que frequentemente são apontadas ao alojamento local, precisamente para que esta atividade se possa desenvolver numa sã convivência com o seu meio e com a sua vizinhança. -----

----- Hoje em dia dispomos de uma Lei que não é de todo a que desejaríamos, uma Lei que nos suscita muitas reservas quanto à sua aplicação prática no terreno, e quanto ao impacto que terá nos negócios, mas que é a Lei que temos, e com a qual teremos obviamente de conviver. -----

----- Esta não é a sede própria para se abordar com alguma profundidade o Regime Legal do Alojamento Local, regime este que citando o Presidente da República a quando da respetiva promulgação “comporta soluções pontuais questionáveis e de difícil conjugação de alguns preceitos legais, fruto de equilíbrios complexos.” -----

----- Mas também não posso deixar de referir um dos aspetos da Lei com mais importância para este debate, e que tem a ver precisamente com a possibilidade da Autarquia de Lisboa, à semelhança de todas as outras obviamente, poder criar zonas de contenção e aí impedir a instalação de estabelecimentos de alojamento local. -----

----- Neste aspeto exigem-se critérios objetivos que sustentem as tomadas de decisão, mas acima de tudo bom senso, para com uma atividade fundamental para a cidade de

Lisboa, até porque como sabemos o crescimento da procura, seguido de decréscimo é cíclico, e há já indícios de alguma retração. -----

----- Mas há outras medidas municipais que podem e devem ser tomadas, e que dão respostas aos aspetos visíveis mais negativos, que resultam do facto do número de pessoas crescer na cidade por efeito das atividades do turismo. -----

----- Assim, deve investir-se na gestão urbana, em matérias como a higiene, os transportes, o estacionamento ou o trânsito. -----

----- É quando estas vertentes se degradam que frequentemente surgem os ataques ao turismo, digamos assim, porque este é o fenómeno mais visível e que torna quase como um reflexo natural atribuir-se estas evidências ao facto de “existirem turistas a mais.”

----- Estes são desafios que podem e devem ter resposta adequada por parte das entidades competentes. -----

----- Quanto a medidas legislativas e sem prejuízo de se poder corrigir um ou outro aspeto, não devemos enveredar, penso eu por esse caminho, por sucessivas alterações, que acabam por gerar muita instabilidade, e muita incerteza nos empresários, e afastar qualquer tipo de investimento. -----

----- Se é inquestionável tudo o que acabei de expor, também não se pode desmentir e deixar de reconhecer o efeito extremamente positivo que o alojamento local trouxe consigo, ao reabilitar centenas ou mesmo milhares de imóveis que se encontravam degradados ou devolutos. -----

----- Dos estudos que a AHRESP realizou, surge a clara conclusão, de que a maioria dos imóveis estavam desocupados antes de serem convertidos em alojamento local. ----

---- Em Lisboa, grande parte dos edifícios da Baixa estavam devolutos, aqui sim, o alojamento local é o grande responsável, mas pela reabilitação urbana e por um novo dinamismo, especialmente nos centros históricos das cidades, com impacto em todo o comércio, e em toda a restauração. -----

----- Um outro ponto, não menos importante, tem a ver com os efeitos positivos que esta atividade tem tido na nossa economia, pelo impacto direto e indireto que produz, e que não pode obviamente ser descurado. -----

----- Em 2016, o alojamento local já representava 1% do PIB nacional, tendo criado oito mil postos de trabalho só na área metropolitana de Lisboa, sendo mesmo o sustento de muitas famílias que viram nesta atividade uma possível fonte de rendimento, muitas vezes para colmatar situações de desemprego. -----

----- Não se pode assim diabolizar o sector do turismo, mas sim encontrar soluções para problemas que nos vão surgindo, é certo, para que não se comprometa um sector que tem sido o motor da nossa economia, trazendo vantagens para todos, sem exceção. -----

----- Desde sempre que a postura da AHRESP se pautou pelo diálogo e pela busca de soluções, e este caso não será, obviamente, exceção. Estou convicta que essas soluções serão encontradas, com bom senso e com equilíbrio e envolvimento de todos os interesses envolvidos, é este o desafio que todos juntos temos pela frente. -----

----- E assim termino, muito obrigada pela vossa atenção.” -----

----- **O Moderador, Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Doutora, e também um duplamente obrigado pela contenção do tempo, ficou mesmo dentro dos limites que nós pedimos. -----

----- Senhora Doutora Lourdes Fonseca, muito obrigado por ter vindo, representa a UACS, preside à UACS, aliás, quero também felicitá-la, neste seu primeiro ano de mandato à frente desta instituição tão importante para a cidade de Lisboa. -----

----- Aquilo que nós combinámos é que esta primeira ronda haveria como tempo de referência uma intervenção de dez minutos, naturalmente com toda a flexibilidade que for necessária, de maneira que convido-a já a tomar a palavra ou aqui ou ali no púlpito conforme entender. -----

----- Tem a palavra faz favor.” -----

----- **A Senhora Doutora Lurdes Fonseca na qualidade de Oradora Convidada**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa noite a todos. -----

----- Muito obrigado Doutor Miguel Coelho, um especial obrigado à Arquiteta Helena Roseta, pela oportunidade que nos dá a nós como a União de Associação de Comércio e Serviços de Lisboa, uma peça importante nesta cidade, de nos dar a oportunidade deirmos aqui expressar a nossa opinião. -----

----- Em primeiro lugar relativamente a este tema sobre o turismo, eu gostaria de contextualizar um bocadinho. Nós estamos a falar de um tema que neste momento é considerado a atividade económica maior exportadora de Portugal, estamos a falar de 50% de exportações de serviços e de 17% das exportações totais. -----

----- Estamos a falar que o turismo em Portugal cresceu três vezes mais do que no resto do mundo, estamos a falar de que Lisboa recebe sessenta mil turistas por dia, estamos a falar que Lisboa, neste momento, está no segundo lugar do top dos dez das cidades europeias. Portanto estamos a falar de um assunto que é de vital importância, quer para o país, quer para a cidade de Lisboa. -----

----- O sector do comércio, para além de desempenhar um papel fulcral na vitalidade das principais centralidades urbanas da região tem, também, assumido um papel de relevo na sua atratividade turística. -----

----- Para afirmar de forma significativa o turismo na cidade económica de Lisboa, de modo a criar um impacto que ultrapasse as implicações diretas para o sector e que tenha também consequências positivas visíveis no que respeita à criação de emprego, desenvolvimento da economia local e aumento da capacidade de atração de recursos e pessoas para a cidade, é necessário intervir em diversos domínios, capitalizando os recursos específicos existentes na cidade, incentivando as potencialidades que ainda se encontram pouco exploradas e criando novas capacidades e valências na mesma. -----

----- Neste sentido consideramos essencial que a Câmara Municipal de Lisboa tenha uma visão estratégica para a cidade de Lisboa, e continue a desenvolver uma forte aposta nos segmentos e nichos de maior oportunidade para Lisboa, e na melhoria das informações e divulgação da oferta turística de Lisboa. -----

----- Exemplos como hoje internacionais, como a Avenida da Liberdade, Chiado devem continuar a serem multiplicados. Mas temos que olhar para a tipologia de comércio que hoje existe na Baixa Pombalina e questionarmo-nos se se justifica o número de lojas com o mesmo tipo de oferta, venda de pastéis de nata, *Lycamobile*, e se queremos o centro da zona nobre da cidade com cada vez menos oferta de comércio e apenas oferta de hotelaria e gastronomia. -----

----- Peço desculpa aos meus intervenientes, mas eu acho que é uma preocupação que nos deve ter a todos, é uma visão daquilo que nós queremos da nossa cidade para os vários bairros, e é fundamental. Nós entendemos que a oferta deve ser diversificada, e nós não deveremos de deixar de ter a identidade de cada bairro. -----

----- A primeira necessidade e o primeiro *boom* turístico foi, sem sombras de dúvidas, dar aos nossos visitantes condições para poderem nos visitar, dormida e comida. -----

----- Neste momento temos que potencializar mais do que as dormidas e a comida. Potencializar as compras, já as estão a desenvolver mas potencializarmos muito mais. Potencializar as compras, quer dizer dar-lhes a conhecer aquilo que nós temos de específico, e dar-lhes a conhecer aquilo que nós temos de específico é também mostrar-lhe a nossa especificidade em termos das zonas tradicionais, que nós temos.-

-----A Baixa como sendo o nosso centro histórico, tem que ser fundamental para nós, arranjar uma forma de manter a caracterização de lojas, lojas que temos centenárias, lojas que temos com ofícios centenários, ver como é que capitalizamos essas mais-valias, para que possa ser uma atração, para quem nos visita, e para nós também habitantes de Lisboa, podemos continuar a usufruir dessa oferta e dessa especificidade. -----

----- Potencializar o Terminal dos Cruzeiros para o desenvolvimento do comércio, através da divulgação da informação do comércio das “Lojas com História”. -----

----- Existir um roteiro com as “Lojas com História”, com distribuição nos Postos de Turismo, achamos que o percurso, e o trabalho que tem sido feito a nível do turismo, nomeadamente, pela Associação de Turismo de Lisboa têm sido muito bem desenvolvido, e tem potenciado muitíssimo bem em termos do conhecimento da cidade de Lisboa. -----

----- Mas se olharmos para o *site* da Associação do Turismo de Lisboa, nós vemos alojamento e sobretudo gastronomia, a nível de compras direcionamo-los essencialmente para os Centros Comerciais, a nível de comércio tradicional, de comércio de proximidade está muito pouco direcionado. Achamos que aqui teremos que direcioná-lo muito mais, temos que mostrar-lhe Portugal que nós somos, aquilo que nós temos, para além, da comida e daquilo que nós somos bons a receber, temos muito mais que isso. -----

----- Por outro lado, o *boom* turístico está a gerar novos problemas e desafios urbanos. Em nome do turismo, assegura-se a reabilitação de edifícios desocupados e degradados, é uma realidade, mas as rendas aumentam exponencialmente, multiplicando desalojamentos residenciais e comerciais. Para responder adequadamente à resolução destes problemas é fundamental a separação da legislação

do arrendamento habitacional do comercial, que têm características e problemas específicos e requerem soluções diferentes. -----

----- É nosso entendimento que tem havido muita discussão pública a nível da nova legislação do arrendamento. É evidente que existe uma questão social com a habitação, mas a questão ao nível do arrendamento comercial não é menor. -----

----- Só com as lojas, e tem sido também muito comunicado a nível da comunicação social, sobretudo nestes últimos tempos de lojas que fecham, muitas delas são o resultado exatamente da nova legislação comercial. São problemas completamente distintos, realidades completamente distintas, que requerem soluções distintas. -----

----- É nosso entendimento que tem que haver um olhar diferenciado, para este tipologia de problemas, com respostas diferenciadas, isto só é possível se for discutido em sede diferenciado e olhando para os problemas específicos de cada uma das áreas, e isso fazendo uma separação da legislação, seria muito mais fácil. -----

----- Sendo nosso entendimento que o turismo é fundamental para a sustentabilidade e desenvolvimento económico da cidade de Lisboa, assim como para o país, e desempenhando o comércio um papel fundamental, achamos que a nível do governo central deveria existir uma Secretaria do Comércio e um Ministério do Turismo, é esta a nossa proposta. -----

----- Agradeço o convite, e para já é a nossa intervenção.” -----

----- (O **Documento**, apresentado pela Doutora Lurdes Fonseca, fica anexado a esta transcrição, como **Anexo I** e dela faz parte integrante) -----

----- **O Moderador, Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Doutora também, pela sua intervenção. -----

----- Eu não referi ao início, um dos Oradores convidados adoeceu hoje, e não pode vir, que era o Senhor Vereador João Paulo Saraiva, portanto agora vamos já passar para a última das intervenções deste primeiro painel, a Senhora Doutora Teresa Costa Pinto, Socióloga Urbana do ISCTE, que certamente nos dará uma perspetiva diferente daquela que nos foi dada até aqui. -----

----- É meu entender como Moderador, muito centralizada nas questões do alojamento local, mas o turismo é muito mais do que isso, naturalmente, e o grande desafio é como que conciliar todos os interesses em jogo, interesses legítimos quero eu dizer, mas em jogo, e esse é talvez a grande dificuldade depois que também nós teremos para lidar com todas estas questões que foram aqui colocadas. -----

----- Senhora Doutora faz favor tem a palavra.” -----

----- **Senhora Doutora Teresa Costa Pinto na qualidade de Oradora Convidada**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada. -----

----- Boa tarde a todos. -----

---- Queria cumprimentar também os Membros da Mesa, e agradecer o convite que a Arquiteta Helena Roseta me endereçou, para estar aqui para partilhar no fundo convosco algumas das preocupações que tenho em relação a este tema. -----

----- Começar por dizer que esta pequena intervenção, e que a venho aqui fazer não como especialista da área do turismo, mas exatamente como socióloga e como cidadã habitante desta cidade, e portanto naturalmente preocupada com algumas dinâmicas que observo, e portanto é um pouco isto que gostaria de dar conta.-----

----- Quando se fala em termos de impactos de turismo normalmente as posições estão bastante radicalizadas entre uma espécie de diabolização do turismo e uma espécie de enaltecimento ou de endeusamento.-----

----- Ora, eu não queria de forma alguma protagonizar aqui nem esta posição de diabolização não é isso que venho fazer, nem tão pouco de enaltecimento ou de endeusamento.-----

----- Reconhecendo desde logo, e como aqui já de resto foi sobejamente sublinhado o valor económico por um lado, e o potencial urbano que o turismo tem na cidade de Lisboa, e bem entendido no país, e desde logo as teses normalmente a favor do turismo tem a ver precisamente com isto, são tendências ou processos que contrariam a tese da perda da população da cidade Lisboa, desde os anos sessenta, que neste sentido são uma forma de reabilitar a cidade em declínio, e portanto promovendo a reabilitação de fogos e de edifícios que há muito estavam devolutos. Que contribui para a revitalização económica e urbana, e quando se deteta de facto um problema, e normalmente esse problema é o da habitação, encara-se este problema como um desajustamento entre a oferta e a procura, e portanto no sentido de ser necessário oferecer mais habitação. ---

----- O que eu queria dizer ainda como nota prévia, é que é necessário, olhar aquilo que são potencialidades, como o lado de uma moeda que tem o seu contra ponto, e portanto esse contra ponto, eu gostaria de o focar aqui em termos do que me parecem ser dinâmicas e processos já importantes e já visíveis na cidade de Lisboa, em termos de desequilíbrio social, de desequilíbrio funcional e de desequilíbrio urbano.-----

----- Contudo dizer, e nesta minha posição primeira que não venho aqui propriamente diabolizar o turismo, que é necessário de alguma maneira ter uma abordagem articulada, e perceber os efeitos articulados de vários processos e de várias tendências que se dão ao mesmo tempo na cidade de Lisboa, e refiro-me evidentemente ao *boom* do turismo, e portanto consecutivamente da enorme expansão do alojamento local, mas a lógicas de investimento imobiliário internacional, portanto Lisboa e Porto colocados na rota do investimento imobiliário internacional. De estratégias de captação de residentes estrangeiros e veja-se os *golden visa*, e de políticas de tendências liberalizantes do mercado de arrendamento, nomeadamente o Novo Regime de Arrendamento Urbano de 2012.-----

----- E portanto, é preciso ver estes fatores, como fatores articulados e que se reforçam mutuamente, que têm um poder de se reforçar mutuamente, eles sim, e não apenas o turismo causadores mais do que referenciada da escassez da habitação, do comprometimento do mercado de arrendamento de longa duração, da subida muitas vezes exponencial dos preços das rendas e dos preços de venda da habitação, numa relação de extrema precariedade, em relação ao alojamento, portanto um vínculo muito precário que começou a ser também a norma, ou quadros de inacessibilidade por vezes a crítica dos residentes locais à habitação em Lisboa, e sobretudo no seu centro.-----

----- Isto também não contando com o *displacement*, isto é a deslocação mais ou menos forçada de populações. -----

----- Queria com isto dizer, que isto me parece ser o pano de fundo, e que não atribuo em exclusivo as culpas ao turismo, mas ao articulado de fatores, e de processos e de tendências que, como dizia penso que se reforçam mutuamente. -----

----- O que eu vos trago a seguir são dois ou três indicadores muito simples, porque não há tempo, de facto, para mais, e que vêm no sentido do reforço de como há este risco de desequilíbrio social, funcional e urbano, para mim é de facto muito agradável, ver o Largo do Intendente com esta nova face, muito mais do que esta, mas não deixo de pensar na outra face da moeda, e portanto é um pouco isto que eu gostava de vir aqui sublinhar. -----

---- Um dado que vos trago, tem a ver com um mapa que representa o rácio utentes/residentes em Lisboa, portanto, georreferenciado e que foi publicado há dias no Público por colegas minhas, Sandra Marques Pereira e Madalena Matos, a partir de um projeto que temos em curso e, onde podemos constatar que em catorze bairros da cidade de Lisboa, o número de utentes potenciais, é superior ao número de residentes. ---

---- E claro que isto tem muito a ver com os eixos, onde a intensidade do turismo e do alojamento são mais fortes desde logo, a baixa e o eixo da Avenida da Liberdade, como um prolongamento para o lado esquerdo em direção à Av. 24 de Julho, mas devemos estar também preocupados e muitas destas zonas são zonas ou bairros que estão incluídos nas zonas de contenção, recentemente, definidas ou em territórios em monitorização, mas queria sublinhar que o mapa também nos dá indicações muito interessantes para as áreas de expansão da cidade e estas ainda não estão em monitorização. -----

----- Portanto, é de alguma forma um alerta para a necessidade de termos um olhar global sobre a cidade e, de monitorizarmos este processo, em todas as suas facetas e a todas as suas formas de expansão territorial, tendo em conta que há cinquenta e seis bairros, onde o número de utentes potenciais é igual ou superior a cinquenta por cento dos habitantes e, portanto, acho que isto é, pode servir como um alerta e um alerta reorientador, eventualmente, das zonas em monitorização e das zonas em contenção.

----- Outro indicador, que mais uma vez não atribuiu em exclusivo ao turismo, tem a ver com o aumento exponencial e especulativo das rendas, quer das rendas ou dos preços da habitação e, que tornou um problema efetivo do acesso das populações locais a habitação em Lisboa, sobretudo no seu centro com esta característica é que não temos um problema de inacessibilidade de habitação apenas para grupos mais vulneráveis ou mais desprotegidos, temos sim, uma diversificação dos grupos em grande dificuldade de aceder à habitação em Lisboa, não apenas no seu centro, mas em Lisboa, porque este fenómeno é um fenómeno que tem um potencial de contaminação enorme e, portanto, genericamente estamos perante uma subida de preço à escala de Lisboa e não apenas do seu centro histórico e que nos deve preocupar, não só pela sua extensão como pela diversificação de grupos, neste momento, em dificuldade de aceder à habitação em Lisboa. -----

----- Finalmente, a questão que tem bastante mais haver, creio eu, com o novo regime de arrendamento urbano, e este gráfico mostra-nos precisamente o volume de ações de despejos, ações declarativas de despejos, referente a processos de despejo e como será fácil de constatar há um antes e um depois de 2012. Este é claramente, um gráfico que nos mostra o efeito destas tendências liberalizantes em termos de mercado de arrendamento. -----

----- E, bem entendido que, estes processos só não impedem novas populações de entrarem para estes bairros, para os bairros mais afetados, como se registam perdas efetivas de população, à avaliarmos pela variação do número de eleitores entre 2003 e 2017. Destaco apenas, que as freguesias “Core” do centro histórico, a Misericórdia Santa Maria Maior perderam 14,6% dos seus eleitores neste período de 2013 a 2017.

----- O que eu gostaria de sublinhar, com isto, até porque não sei se já estão muito no limite de tempo, não? Não, muito obrigada. -----

----- O que eu gostaria de sublinhar com estes dados que são dados, obviamente, aquém daquilo que poderíamos invocar para sustentar estas apreciações, mas gostaria de referir que, penso que já são dados suficientes para nos alertarem para o perigo de um certo desequilíbrio do tecido social, nestes bairros. E que este desequilíbrio no meu entender, vem por dois processos ou por duas vertentes. -----

----- Uma, por um processo de substituição de moradores locais e, portanto, os fenómenos de *displacement*, portanto, da deslocação da população local para outros sítios da cidade de Lisboa ou mesmo para o seu exterior e a sua substituição por residentes temporários. -----

----- O segundo processo tem a ver com o que nós designamos por interrupção de um percurso de um de “*back to the city movement*” e o que é que isto quer dizer. Quer dizer que o nosso processo de modernização da sociedade portuguesa sendo tardio, começou alimentar, também, tardiamente um processo de reocupação dos centros das cidades, por um novo perfil da população, basicamente camadas jovens ligadas às profissões intelectuais e artísticas e que procuram o centro das cidades, por uma questão de estilos de vida e de formas de consumo específicos. -----

----- Isto estava acontecer, estava alimentar processos de gentrificação, atenção que gentrificação aqui, não quer dizer, exatamente a mesma coisa de gentrificação turística, portanto, são processos que conviviam de forma mais ou menos pacífica com a população local e, portanto, permitiam a existência de tecidos sociais diversos, gentrificação turística é outra coisa como vamos ver. -----

----- E este processo foi subitamente interrompido por estas lógicas que não, evidentemente, não veem só do turismo, mas veem nesse conjunto articulado de fatores que eu mencionei, e a prova disso é que nos Censos 2011, nós temos a cerca de 4% de famílias mais a viver em Lisboa, não temos o aumento de população, mas temos um aumento famílias o que por si é notório do que estou a dizer. -----

----- Portanto, impedindo esta população de se localizar nos centros e substituindo ou havendo esta substituição de moradores por residentes temporários, parece-me que o risco é, de facto, de uma enorme perda de diversidade social dos bairros, com isto o risco descaracterização e perda da identidade local e, de alguma maneira e que, me

parece ainda mais grave, é um processo de exclusão dos locais, não só do direito à habitação, mas como do direito à cidade e penso que neste momento isto pode estar a ficar na verdade, comprometido. -----

----- Um segundo ponto que eu gostaria de sublinhar, tem a ver com o desequilíbrio funcional e urbano e, aquilo que eu penso que podemos constatar, é uma tendência já muito visível para uma conversão daquilo que eram bairros residenciais em locais de consumo e turismo, isto sim é gentrificação turística e que quer dizer expansão da função de recriação de lazer ou de alojamento turístico que, vai substituir as funções tradicionais de residência permanente e de comércio de proximidade. -----

----- Portanto, isto parece-me que já é uma dinâmica com alguma visibilidade na cidade de Lisboa e que vem secundada e reforçada por outra que é “*desterciarização*” da cidade e com isto quer dizer o quê? -----

----- Que na década de oitenta, noventa nós tivemos um bocadinho o problema ao contrário, tivemos uma crise de habitação por um efeito de extrema terciarização da cidade, significa que muitas habitações de residência permanente foram convertidas em escritórios e, o que hoje está acontecer, é o inverso, ou seja a conversão de espaços de serviço, espaços de escritórios, para a habitação não destinada a residência permanente mas, ao alojamento local e habitação de luxo e, portanto, parece movimento contrário àquilo que tivemos mas, exatamente, com o mesmo efeito. Vou terminar. -----

----- A terceira dimensão que é para mim bastante chocante são as alterações no espaço público e uma certa “*Disneylização*”, uma certa artificialização do espaço público, que é uma espécie de estereótipo da cidade, não é? É nós percebermos como é que vamos agradar ao turista, não mostrando aquilo que é autêntico, seja lá o que isto quer dizer, mas artificializando esse autêntico, “*Disneylizando*” esse autêntico. -----

----- E, portanto, o risco, acho eu, é de estarmos a criar monoculturas urbanas que, são territórios monofuncionais de vocação única e com isto de, alguma maneira, “*matarmos a galinha dos ovos de ouro*”, porque me parece que, os turistas não é exatamente isto que procuram. Os residentes, os habitantes também não mas, decisivamente os turistas, também, não me parece que seja isto que procuram. -----

----- Finalmente, se me é permitido, porque isto fazia parte do caderno de encargos, que eram algumas sugestões em termos de matéria de políticas. Esta é a tal imagem estereotipada que eu não gosto de reconhecer na minha cidade e, eu acho que os turistas também não gostam. -----

----- O que é que eu queria dizer em termos de turistificação e de políticas públicas, acho que é absolutamente necessário e isso também já foi aqui sublinhado, uma visão estratégica para a cidade, mas isto significa que temos que compreender o fenómeno na sua multidimensionalidade e, portanto, não colocar o turismo como o “*bode expiatório*”. Já referi os fatores que fazem parte do mesmo pacote, e que esta visão estratégica da cidade contrarie os processos em curso e que assegure, de alguma maneira a diversidade do seu tecido social, o equilíbrio funcional e urbano e, a preservação da identidade dos lugares. -----

----- Parece-me que não é sobretudo de sustentabilidade do turismo que estamos a falar, é sobretudo da sustentabilidade da cidade ou pelo menos para mim, essa é a discussão que devemos ter é da sustentabilidade da cidade.-----

-----Mais especificamente e mais orientada para as políticas públicas, parece-me que deve haver uma intervenção a três níveis, o da monitorização, o da regulação e da provisão.-----

----- Monitorização, no sentido que me parece absolutamente necessário recolher informação sistemática e em tempo real da dimensão do problema do fenómeno, na sua multidimensionalidade, como dizia, e sobretudo nas formas de expansão territorial que este fenómeno está ou pode assumir. -----

----- E que isto é no fundo olhar para a cidade na sua globalidade e não olhar para recortes da cidade onde o problema já é, neste momento, mais visível e mais crítico. -

----- Segundo lugar ao nível da regulação, parece-me importante, quer do ponto de vista legislativo ou regulatório, se promovam muito em linha com aquilo que foi aprovado recentemente de zonas de contenção e territórios de monitorização com outras medidas legislativas ou regulatórias que se promovam, efetivamente, tecidos sociais diversos, equilíbrios funcionais e, que contrariem estas monoculturas urbanas de que falei. -----

-----Por fim, o nível da provisão parece-me que a única maneira, não de controlar mas, pelo menos de contrariar variáveis que são muito difíceis de controlo, porque se tratam de variáveis globais que não temos capacidade, nem os estados centrais, nem locais de controlar grandemente, parece-me que a única maneira de contrariar um pouco esta extrema mercadorização e financeirização da habitação ou seja, a habitação vista como ativo financeiro, terá que residir na capacidade de provisão do estado central e ou local de habitação acessível no centro da cidade.-----

-----Portanto, isto é uma medida não apenas para obstar à escassez de oferta habitacional, mas, contrariar lógicas de extrema mercadorização e financeirização da habitação. -----

----- Muito obrigada, peço desculpa pelo tempo.” -----

----- (O **PowerPoint**, apresentado pelo **Doutora Teresa Costa Pinto**, fica anexado a esta transcrição, como **Anexo II** e dela faz parte integrante)-----

----- **O Moderador, Deputado Municipal Miguel Coelho**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- Excedeu aqui um bocado do seu tempo, mas penso que nos valeu a pena a todos.

----- Eu pedia que agora que acendessem as luzes porque vamos entrar e eu convidava os senhores oradores deste painel, a continuar acompanhar-nos aqui no debate, aqui na plateia, vou chamar para aqui os Senhores Deputados Relatores, deste debate, e a Senhora Deputada Maria Luísa Alvim, e o Senhor Deputado Sobreira Antunes, para se sentarem aqui ao lado e vamos passar à segunda fase. -----

-----Vamos agora dar a palavra às entidades convidadas para intervir. O tempo previsto, naturalmente, com a latitude que eu terei e compreensivelmente, é de três minutos, portanto, é o tempo de referência, mas enfim, se for preciso mais lá iremos, de qualquer modo eu avisarei quando chegarem aos três minutos. -----

-----Continuaremos, portanto, a refletir sobre esta questão, como também nos pudemos aperceber por esta última intervenção, isto é muito mais que o turismo, é que Cidade queremos, sendo certo que, o turismo tem que ter um papel central e muito importante na nossa Cidade e, sendo certo, também, que a sustentabilidade das cidades depende das pessoas e todas as atividades económicas, dependem das pessoas que cá estiverem e que lhe derem valor.-----

----- Eu já tenho aqui à minha direita a Senhora Deputada Luísa Aldim e o Senhor Deputado Sobreda Antunes e então vou pedir para começarem a usar da palavra, Senhora Dona Patrícia Oliveira Silva da Associação Mais Proximidade Melhor Vida.”-----

----- **INTERVENÇÃO DAS ENTIDADES CONVIDADAS** -----

----- **A Senhora Dona Patrícia Antunes, da Associação Mais Proximidade Melhor Vida**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Ora, então antes de mais muito obrigada e muito boa tarde a todos os elementos da Mesa e a todos os presentes.-----

----- O meu nome é Patrícia Silva, estou aqui em representação da “Associação Mais Proximidade Melhor Vida.”-----

----- Nós somos uma IPSS dedicada ao apoio da população idosa residente na Baixa de Lisboa e Mouraria ou seja, no epicentro do turismo da cidade, neste momento.-----

----- Acompanhamos cerca de cento e vinte pessoas e muitas delas com mais de oitenta anos de idade e continuam a morar nos quintos e sextos andares e com mobilidade muito reduzida.-----

----- Sendo que estas casas, muitas delas não tem elevador.-----

----- Pessoas estas que muitas vezes, também, não conseguem ter acesso ao serviço no seu domicílio, quer por falta de informação, quer também por falta de capacidade económica.-----

----- Procuramos então, reverter esta situação de exclusão social de uma forma positiva e reentregando a pessoa na comunidade e valorizando o seu papel, para que possa aproveitar os serviços que existem na sua comunidade e para que a pessoa possa, também, acompanhar as mudanças na cidade, às quais dizem que muitas das vezes sentem que já não pertencem a ela.-----

----- Acompanhamos pessoas que são muitas delas as únicas residentes num prédio, que foi transformado num hotel ou num *hostel* e que sentem alguma revolta porque, por exemplo, deixaram de ter acesso à sua campainha, que perderam os seus vizinhos e começaram a partilhar o espaço com pessoas diferentes todos os dias, com quem não conseguem estabelecer relação ou muitas das vezes até conversar devido às barreiras linguísticas.-----

----- Nos últimos cinco anos, principalmente a história repete-se, tem sido cada vez mais recorrente ouvirmos, “vou ter de sair, o meu senhorio vendeu prédio e isto tornar-se-á num hotel”.-----

----- Temos por exemplo, moradores de oitenta anos de idade que veem-se obrigados a abandonar aquele que foi seu lar por mais de cinquenta, mais do que o seu lar veem-se obrigados abandonar a sua comunidade, quem os conhece e quem os ajuda.-----

----- Urge assim encontrar medidas que preservem a vontade destas pessoas e que preservem a sua identidade. -----

----- Assim propomos, porque não ser criada uma nova solução de alojamento como por exemplo, reservando um prédio da Câmara, nesta zona de residência, para realojar esta população ou até implementar um sistema de assistência diferente como as residências partilhadas, o chamado conceito “*co-housing*”, já utilizado em alguns países europeus. -----

----- Ainda implementar, por exemplo, projetos que promovam a intergeracionalidade como por exemplo, a partilha de habitação entre estudantes e estas pessoas mais velhas reaproveitando e rentabilizando assim os espaços e traduzindo-se em ganhos e mais-valias de valores, conhecimento e sabedoria, perante ambas as partes. -----

----- Para além dessas medidas, como é que podemos aproximar os dois lados? Por um lado, os residentes e, por outro lado o turista? E tornar o turismo numa atividade com retorno para a população e que valoriza a mesma? E, o facto, de continuarem a viver pessoas nesta cidade com histórias para contar e com uma voz a ser reconhecida? ----

----- Venho-vos falar de um projeto, o projeto “A Rota reviver Lisboa”, desenvolvido com a parceria de uma empresa chamada “Fora da Rota” e que tem como base os testemunhos e as histórias das pessoas que acompanhamos e que são desafiadas a mostrar a sua Lisboa. -----

----- Esta rota não se trata apenas de um simples percurso turístico mas, tem como base e objetivo, sensibilizar os turistas para a realidade da população local e que está inserida numa política de responsabilidade social no setor do turismo, pois parte do valor da inscrição reverte a favor do desenvolvimento da nossa associação, a “Associação Mais Proximidade Melhor Vida” e do apoio à população residente na baixa da Mouraria, na Baixa de Lisboa e Mouraria. -----

----- Estas são apenas algumas medidas e apenas um exemplo, mas talvez possa ser um caminho, valorizar a presença das pessoas desta Cidade e tornar o turismo numa atividade destas pessoas e para estas pessoas. -----

----- Obrigada” -----

----- **O Moderador, Deputado Municipal Miguel Coelho**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado, agradeço a sua intervenção, de uma associação que conheço bem, com quem a Junta de Freguesia de Santa Maria Maior tem uma relação estreita de cooperação. -----

----- Muito obrigado, a seguir, fala Senhora Dona Inês Henriques, representante da Associação Nacional Condutores de Animação Turística e Animadores Turísticos, faz favor Senhora Doutora Inês Henriques.” -----

----- **A Senhora Doutora Inês Henriques, da Associação Nacional Condutores de Animação Turística e Animadores Turísticos**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- Muito boa tarde, obrigado a todos, obrigado Senhor Presidente. -----

----- A ANCAT é uma associação sem fins lucrativos, de âmbito nacional, que representa os condutores de animação turística e animadores turísticos.-----

----- Face ao tema desta Assembleia Municipal, o “Impacto do Turismo em Lisboa”, a ANCAT quer ser parte integrante da solução e não ser só visto como um problema, porque nós sabemos que os “tuks” em Lisboa são vistos como um problema, de facto.-----

----- Aqui assim passa por libertar, portanto, os objetivos do mais recente Congresso do PS, passa por libertar os centros históricos da circulação automóvel e reforçar os transportes, através de uma rede de transportes públicos não poluentes, portanto, faz parte de uma Lisboa mais verde. -----

----- Eu gostaria de chamar à atenção aqui um artigo na última edição de Novembro da Revista Municipal, em que mostra o Campo das Cebolas e um “tuk-tuk” aqui a passar, portanto, nós fazemos, de facto, parte integrante da Cidade. -----

----- Agora onde o “tuk” está aqui a passar existe um sinal, só reservados a elétricos, portanto, estamos um bocadinho restringidos de circular em certas zonas, apesar de serem, de facto, a viaturas elétricas. -----

----- Nós contribuímos ativamente para o desenvolvimento local, promovemos a Cidade de Lisboa de forma exemplar mas, infelizmente, somos considerados pelas entidades oficiais e pela opinião pública, uma praga e a causa de todos os males do turismo e do trânsito. -----

----- A verdade é que nós contribuímos, tanto para segurança dos turistas, alertando os turistas, por exemplo, para os carteiristas, como para a fluidez do trânsito, ajudamos a Cidade a ser o mais verde e mais agradável para quem nela vive e trabalha, promovendo quem tem negócios locais, paga impostos e para quem a visita. -----

---- O objetivo é que nós queremos que a Câmara Municipal de Lisboa nos receba e possamos trabalhar em conjunto e não contra nós.-----

----Até agora, ouviram-se e defenderam-se os desejos dos proprietários das empresas, mas e os seres humanos que conduzem as viaturas? Quem é que são estas pessoas? ---

---- Por acaso foi feita uma leitura sociológica desta realidade? São profissionais organizados, políglotas, temos profissionais liberais, professores universitários, licenciados, que ganham a vida de forma decente, honesta, transparente e digna. -----

---E uma vez resolvidos os problemas de quem conduz aí sim, podemos contar com bom ambiente no trânsito e no centro histórico integrado nas redes de transporte, complemento aos transportes já existentes. A animação turística contempla tanto transportes ligeiros, como transportes pesados, com tratamento imparcial, obedecendo a regras de forma articulada, só que isso não está acontecer! -----

----- Apesar de serem veículos não poluentes, existem restrições na circulação no centro histórico e não dispomos de lugares suficientes de estacionamento. A verdade é que as viaturas quadruplicaram e houve uma redução de trinta por cento dos espaços reservados a estas viaturas. -----

----- Falando do impacto social, existe aqui uma grande parcialidade por parte da Polícia Municipal em que, tendo em conta o impacto social que estavam a falar há pouco e tendo em conta, portanto, o impacto que Lisboa tem no turismo, eu posso passar aqui a citar alguns exemplos. -----

----- Eu acho que é lamentável e deveria alertar e foi por isso que eu vim aqui. -----
 ----- Por exemplo, crianças andarem “tuk” e ficarem com medo da polícia. Americanos dizem que a nossa polícia é pior do que a polícia americana.-----
 ----- Haver cinco viaturas mal paradas e só multarem os “tuks”. -----
 ----- Faltarem ao respeito aos condutores, tratarem por tu e peço imensa desculpa estar repetir isto: “andamento com isso para a frente, atira daí essa “pi”, não vou dizer.-----
 ----- Estas queixas já foram remetidas ao Senhor Presidente da Câmara, a Polícia Municipal e não obtivemos qualquer resposta, seja por parte da ANCAT, seja por parte da Polícia Municipal. -----
 ----- No entanto, não queríamos estar aqui só a falar de problemas, queremos falar de soluções, e o nosso objetivo de estar aqui é para ver se podemos agendar reuniões, para podermos encontrar soluções, que é para em conjunto com as pessoas que andam no terreno e as pessoas que se limitam a ficar nos escritórios, podemos encontrar aqui soluções para criar uma regulamentação, mais lugares de estacionamento, pôr os lugares de estacionamento, aqueles que nos foram cortados, pôr a funcionar e adaptá-los à realidade de hoje em dia, porque o tamanho dos “tuks” foram evoluindo, já não são “tuks” pequenos, são aqueles maiores e as necessidades são diferentes.-----
 ----- E também poder, eventualmente, e estávamos, também, a falar com a Câmara Municipal, a PSP, a Polícia Municipal, o Turismo de Portugal e o Turismo de Lisboa, todos em conjunto para encontrar soluções. -----
 ----- Muito obrigada.” -----
 ----- (O **Documento**, apresentado pela Doutora Inês Henriques, fica anexado a esta transcrição, como **Anexo III** e dela faz parte integrante) -----
 ----- **O Moderador, Deputado Municipal Miguel Coelho**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----
 --- “Obrigado, agradeço a sua intervenção. -----
 - Apenas uma curiosidade, era eu Presidente de Junta de Freguesia há três meses e recebi uma visita da ASAE, onde foi intimado a não usar a palavra *tuk-tuk* porque ela tinha direitos de propriedade comercial e, portanto, e é por isso que eu, também, só digo *tuks*. -----
 --- Qualquer dos modos com disse a Doutora Teresa Costa Pinto é preciso é haver regulação e regulamentação e penso que é também o grande problema da vossa atividade e é que ela esteve desregular e continua a estar desregulada e daí alguma animosidade que talvez exista das pessoas, em relação à vossa atividade. -----
 -- Muito obrigado. -----
 A senhora Dona Maria de Lurdes Pinheiro, representante da Associação Património da População de Alfama faz favor, tem a palavra também.” -----
 ----- **A Senhora Dona Maria de Lurdes Pinheiro, da Associação Património da População de Alfama**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----
 ----- “Excelentíssimos Senhores, em nome da Associação Património da População de Alfama, agradecemos o convite para este debate sobre o “Impacto do Turismo na Cidade de Lisboa”, agora focado nas consequências sociais e na chamada turistificação. -----

----- Na primeira sessão procuramos lembrar a história mais recente e o problema mais grave que o bairro e os seus moradores enfrentam, as atividades relacionadas com o turismo sobrepõem-se a todas as outras, provocando mudanças extremas na habitação, no comércio e outras pequenas empresas, na composição da população e, naturalmente, na vida social, desde da mais simples relação de vizinhança, até a vida das associações, coletividades e outras instituições -----

----- Alfama já vinha a perder população há muito tempo, mas este processo acelerou muito nos últimos quatro a cinco anos, não é demais repetir que, seguindo por este caminho aumenta o perigo de o bairro perder a sua identidade, a sua tradição, a sua alma. -----

----- Dissemos na sessão de dia treze que, se o destino de Alfama continuar entregue ao mercado, o bairro vai transformar-se num grande hotel e num parque de diversões para turistas. Será este, afinal, o significado da palavra turistificação. -----

----- Deixámos claro que APPA, não é contra o turismo, mas o turismo não pode dominar tudo. O turismo é uma atividade muito instável e Portugal está muito dependente dos maiores operadores mundiais. O que nos acontecerá quando estes decidirem mudar dos destinos? Devemos evitar que o turismo se desenvolva em monocultura, que cresça à custa da população e da economia nas zonas turísticas que, esta ideia pode ser consensual, mas não basta concordar com elas. As responsabilidades não são iguais para todos. -----

----- Fazem falta políticas públicas há muitos anos, falta estratégia, falta orientações e medidas do poder central em primeiro lugar mas, também, do município e alguns aspetos da freguesia, se estas diferentes responsabilidades forem assumidas a turistificação derradeira pode ser evitada. Mas não tem sido assim e isso não nos deixa descansados para os próximos tempos. -----

----- A lei das rendas que, com razão, é conhecida como lei dos despejos, acelerou a saída de famílias e comerciantes mas, também, não foi revogada. Foi alienada muita habitação municipal, a que resta não é usada para estancar a sangria. -----

----- As grandes dificuldades são invocadas para resolver problemas de habitação permanente, contrastam com as enormes facilidades que são oferecidas a tudo o que tem a ver com o turismo. -----

----- Os turistas passam em Alfama umas horas ou alguns dias, quem vive lá todo o ano sofre os efeitos do turismo, mas sofre também com o lixo nas ruas, a falta de iluminação, os passeios esburacados, o barulho, a falta de comércio tradicional e a insuficiente cobertura dos transportes públicos. -----

----- Os órgãos do poder e as pessoas que os integram decidem em nome do interesse público, como sucede nesta Assembleia Municipal e na Câmara, têm em Alfama o caso concreto para mostrarem que, as preocupações, intenções, tem correspondência com atos, devem tratar este caso como urgente, sobre o risco de mais perdas irrecuperáveis. -----

----- Pela nossa parte, vamos continuar a fazer aquilo que esteve na origem da nossa associação, queremos um bairro com gente, queremos um bairro com património, com população, queremos turismo com outras atividades económicas, é nisso que estamos -----

empenhados e vamos continuar apoiar todas as movimentações do povo de Alfama para defender estes objetivos. -----

----- Muito obrigada pela vossa atenção.” -----

----- **O Moderador, Deputado Municipal Miguel Coelho**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Chamo agora a Senhora Arquiteta Fabiana Pavel da Associação Morar em Lisboa.” -----

----- **A Senhora Arquiteta Fabiana Pavel, da Associação Morar em Lisboa**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa tarde a todos, em nome do Movimento Morar em Lisboa quero agradecer o convite, que nos foi feito para participarmos no debate de hoje, apesar de não concordarmos, com o formato do mesmo. -----

----- Isso porque consideramos que um debate que se limita à mera argumentação de cada interveniente e que não prevê a representação cidadã na mesa de oradores, dificilmente pode levar a uma conclusão, que visa aproximação de todas as partes. ---

----- Consideramos que a hiperespecialização de Lisboa na indústria turística está a pôr em causa o direito de todos os cidadãos à cidade e à habitação. -----

----- O número de habitações transformadas em alojamento local, o aumento das unidades hoteleiras, o progressivo desaparecimento do comércio local a favor de um comércio globalizado e *gourmetizado* e, a gradual privatização do espaço público, tem vindo a provocar o despejo direto e indireto e pura exclusão da população local, paralelamente consideramos que a identidade social e cultural não seja valorizada. ---

----- Conhecemos os dados quantitativos acerca dos benefícios da indústria turística, mas sabemos, também, que os dados quantitativos e qualitativos acerca das dificuldades que essa indústria traz para as populações locais, são dificilmente quantificáveis e, ao mesmo tempo são despejados no discurso dominante, se o turismo trouxe novos empregos muitos desses são sazonais, mal remunerados e sem direitos.

----- Perguntamos se esse desenvolvimento económico favorece a população local ou uma pequena elite transnacional. -----

----- Reconhecemos a grave situação em termos de conservação física, em que a cidade se encontrava e ainda se encontra, mas sabemos, também, que essas ações hoje chamadas de reabilitação se traduzem, de facto, em ações de renovação e “Fachadismo”. -----

----- Em função dessas breves considerações e no âmbito específico da temática abordada hoje, propomos diversas medidas dentro das quais e juntamente com as já propostas no dia treze desse mês, no debate passado, destacamos a promoção da democracia participativa, a promoção de uma política equilibrada de integração do turismo na vida da cidade e a regulação da carga turística. -----

----- A regulação do alojamento local com discriminação entre atividade comercial e atividade de partilha, no respeito do Artigo n.º 65 da Constituição que se compromete em proteger a habitação e limitação de abertura novos estabelecimentos hoteleiros, incentivo de proteção do comércio local, limitação da privatização dos espaços públicos que devem servir em primeiro lugar à população. -----

----- Proteção social para os cidadãos com poucos recursos económicos ou com situações de maior fragilidade social e promoção de habitação, mais uma vez na ótica de uma cidade com mais qualidade de vida para todos, mais justa e com maior justiça espacial. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Moderador, Deputado Municipal Miguel Coelho**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Dou a palavra, o Senhor Celso Soares que, representa *Culturface*, a Associação Cultural para o Desenvolvimento.” -----

----- **O Senhor Celso Soares, da Culturface - Associação Cultural para o Desenvolvimento**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

-----“Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Helena Roseta, Senhores, representantes dos partidos em Assembleia, Convidados e Público presente. -----

----- Começo por agradecer mais uma vez, à Senhora Presidente da Assembleia Municipal em convidar-nos a fim de auscultar e também receber as nossas contribuições, nesta sessão pública, certo que a sociedade faz-se com a contribuição de todos e todas nas respetivas áreas de atividade, pois não podemos ser todos políticos, todos médicos, todos os arquitetos, etc... -----

----- A *Culturface* pertence ao Grupo Comunitário da Ameixoeira, Charneca e que, desse lado do mundo associativo é também parte integrante da cidade e têm direitos e deveres como, também, faz a sua observância à volta, face do desenvolvimento social, cultural, político e económico. -----

----- A Ameixoeira uma zona considerada crítica devido às suas características e às suas especificidades determinadas pelas circunstâncias diversas de cidadãos fragilizados, à falta de empregabilidade, o número de abstenção escolar que se mistura com situações diversas de violências promovida, aliás, que promove de forma acentuada a insegurança local. -----

----- O contexto da sessão anterior levou-nos à reflexão e apreciação sobre as temáticas associadas à habitação, a condições de habitabilidade, a sua relação com a mobilidade e segurança e insegurança na zona norte da cidade de Lisboa, mais concretamente Ameixoeira, no âmbito, da temática especulação imobiliária, investimentos estrangeiros. -----

----- Também, porque não refletir na possível criação de uma taxa social a favor dos animadores artísticos de rua, que oferecem o seu tempo de forma voluntária, potenciando atração em alguns pontos estratégicos da cidade de Lisboa, pois a cidade direta ou indiretamente ganha com essas intervenções de forma espontânea de rua. Está é uma sugestão a nível geral na cidade de Lisboa. -----

----- Centrando-se no impacto social e transfixação, podemos dizer que o bairro da Ameixoeira vive e convive o ambiente de estigmatização, quando poder-se-ia pensar numa estratégia mobilizadora que interviesse à imagem local ou que invertesse a imagem local estimulando as potencialidades da Ameixoeira e Charneca. -----

----- Com uma densidade populacional bastante acentuada, não existe comércio, pontos de atração e de diversão de relevo, não existe uma biblioteca mas, perante essas falhas

existem uma vasta área territorial que salta à vista o clima de insegurança, desemprego, comércio versus negócios ilícitos, o nível elevado de abstenção escolar onde a comunidade no geral revela fraco nível de conhecimento académico.-----

----- É preciso criar-se condições básicas para que possamos falar de impacto social positivo, em relação à dinâmica turística em toda a cidade de Lisboa. Porque não-criar-se juntamente com a Câmara de Lisboa, o *Urban Tourism* naquela zona Norte de Lisboa, juntando organizações que lá atuam no terreno juntamente, também, com a GEBALIS e envolvimento com os que lá residem ou desenvolvem as suas atividades diárias, portanto, fica aqui o nosso apelo e o nosso muito obrigado.” -----

----- **O Moderador, Deputado Municipal Miguel Coelho**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Celso Soares. -----

----- Chamo agora o Senhor António Machado da Associação dos Inquilinos Lisbonenses. -----

----- **O Senhor António Machado, da Associação Inquilinos Lisbonenses**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente muito boa tarde. -----

----- Após a sessão do dia treze e das apresentações nesta sessão, todas de excelente qualidade e com informação que nos serve para o nosso quotidiano, mantém-se e insiste-se na pergunta, quem pode morar em Lisboa?-----

----- O turismo é uma atividade económica de relevância para a cidade e para o país e não é de hoje, ao proporcionar mais receitas, mais impostos, mais ocupação para muitos cidadãos, mais postos de trabalho na maioria precários e com grande carga horária e mal remunerados.-----

----- E alguma reabilitação do edificado, diga-se que em muitos casos apressada, mal executada, destrutiva e “Fachadista”. -----

----- Este atual tipo de turismo massificado e intensivo, democrático é certo, trouxe uma utilização e pressão acrescida para o espaço público, a sua privatização nalguns locais e dos transportes, afetando a população residente que demonstra de forma crescente o seu descontentamento face aos resíduos, à menor higiene urbana, ao ruído noturno, etc..., o que é extremamente preocupante para a nossa democracia. -----

----- E também, trouxe o incentivo ao despejo e à expulsão de moradores a coberto da lei dos despejos, o desvio de inúmeros fogos e prédios de habitação mesmo que devolutos, para atividade turística de que resultou uma oferta mais reduzida para morada, o aumento dos preços e das rendas para valores exorbitantes e especulativos mesmo que alguns o tentem branquear. -----

----- As recentes medidas de impor quotas e restrições a este desvio de utilização que, provocou uma correria ao registo de novas unidades de alojamento turístico e que tinha a intensão, e tem intenção, de travar o excesso de oferta turística e de minimizar um pouco a oferta para habitação, não significam um *de per si* a redução dos preços da habitação e o aumento da oferta, faltando outras medidas para se combater a especulação, a financeirização e a lavagem de dinheiro.-----

----- Para que a gente comum possa viver em Lisboa e que a cidade tenha moradores com direito a viverem nela com qualidade e segurança, importará então tomar um conjunto de medidas a saber e em síntese: regular, disciplinar, integrar a carga turística na vida da cidade. -----

----- Regular e disciplinar a utilização do espaço público e dos transportes turísticos, os “tuk-tuk”, trotinetes, bicicletas etc..., já ia sendo atropelado por um. -----

----- Investir e melhorar a rede a qualidade e a frequência dos transportes públicos de superfície, incentivar e promover a habitação e o comércio de proximidade. -----

----- Terminar a alienação de habitação pública, municipal para aumentar a oferta e a concorrência no mercado. -----

----- Acorrer à reabilitação do parque habitacional público, municipal e alocá-lo a bolsas para arrendamento a preços controlados, ditos acessíveis. -----

----- Contratualizar e mesmo requisitar edifícios devolutos, alocando-os a bolsas para arrendamento a preços acessíveis ou controlados. -----

----- Eliminar os vistos *gold* ou no mínimo efetuar a sua revisão de modo restritivo e muito mais exigente. -----

----- Rever o regime dos residentes não habituais, acabando com a discriminação relativa aos já residentes. -----

----- Aprovar uma lei de bases da habitação e uma nova lei do arrendamento habitacional e não habitacional. -----

----- Regular e estabilizar o mercado de arrendamento. -----

----- Adotar uma política fiscal que considere a função económica e social do arrendamento. -----

----- Rever a fiscalidade sobre o imobiliário acabando com benefícios excessivos, desnecessários e indevidos com os favores aos setores especulativos, empresas de veículos, fundos de investimento, etc., etc., etc.,..., temos muitos etc. aqui. -----

----- Antes de terminar só duas notas. -----

----- Hoje neste jornal, “O Diabo”, vem um título que nos deve preocupar a todos, é digamos, “cheira a lavagem de dinheiro, cheira a Lisboa”, isto no meu ver, perdoem-me aqui esta nota, é muito preocupante para a nossa democracia, sendo a direita, a extrema-direita atacar este problema com os riscos do populismo que aí vem. -----

----- Segunda nota, não está presente, mas... -----

----- **O Moderador, Deputado Municipal Miguel Coelho**, no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “ O problema é que já vai em sete minutos.” -----

----- **O Senhor António Machado, da Associação Inquilinos Lisbonenses**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

-----“Só citar, melhor, deixar a nota de que hoje a Arquiteta Helena Roseta, publicou uma peça no “PÚBLICO” que, se me desse licença eu subscreveria. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Moderador, Deputado Municipal Miguel Coelho**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado. -----

----- Agora chamo a Senhora Eunice Gonçalves, representante da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril.”-----

----- **A Senhora Dona Eunice Gonçalves, da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde, antes de mais queria agradecer o convite que me foi endereçado para estar aqui nestes três minutos.-----

----- Bom, nestes três minutos queria deixar apenas três ideias, não dá para muito mais. A primeira é que nós não podemos olhar para a cidade como algo estático, a cidade é um organismo vivo, em permanente mudança, em permanente adaptação àquilo que são as realidades, quer nacionais, quer internacionais, quer de tudo o que está à sua volta. -----

----- A segunda é que também não nos podemos esquecer que vivemos uma fase em que o turismo é acessível, cada vez a um maior número de pessoas, e ainda bem, porque é isso que se chama democratização. É capaz de motivar a deslocação de milhares de milhões de pessoas ao longo do ano, e são pessoas que antes não tinha essa capacidade e que agora têm, e se têm essa capacidade é porque têm dinheiro, é porque têm vontade, é porque têm tempo, e isso não podemos deixar de considerar como uma grande mais-valia das nossas sociedades. -----

----- Ora, se as pessoas se deslocam para algum lugar têm que ir, e nesse aspeto devemos estar muito orgulhosos porque Lisboa deixou de ser uma cidade que recebia alguns turistas, para passar a ser um destino de turistas, é um destino turístico! -----

----- Como em qualquer processo, se há uma transformação, e se há uma mudança, tem que haver uma adaptação e essa adaptação tem, obviamente, consequências, tem consequências por um lado ao nível social, já ouvimos falar aqui de vários exemplos, tem consequências ao nível das infraestruturas, portanto, há aqui todo um processo que pode ser doloroso e que tem danos colaterais. E mais do que pensarmos se gostamos ou não gostamos, se há turistificação, se não há turistificação, atenção, a turistificação é uma adaptação a uma nova fase de produção, não temos indústrias pesadas, temos uma atividade que prefere e que se focaliza mais que nos centros históricos, agora, porque há uns anos atrás, quando a hotelaria começou a crescer em Lisboa, não se falava ainda de alojamento local, não havia nada desses “bichos maus”, que agora parecem ser os culpados de tudo, os hotéis instalaram-se nas Avenidas Novas, porque para os centros ninguém queria vir, porque tudo estava velho, porque a Baixa era algo completamente desabitado, e nessa altura aconteceu um processo semelhante, não foi só para os escritórios, foi também para a hotelaria, aliás, como já foi aqui referido e de uma forma bastante clara. -----

----- Portanto, nada disto é novo, os processos sucedem-se, é tudo uma questão de termos capacidade para antecipar e para planear, há um conjunto grande, como já referi, de chamados danos colaterais, e é sobre esses que os processos de planeamento, que não têm sido muito eficazes, têm que incidir. -----

----- Antes do mais as questões sociais, há que resolver, obviamente, com políticas municipais, mas não se pode agora pôr o alojamento local ou o turismo como o culpado de tudo o que está a acontecer, temos que ver o “copo meio cheio e não copo

meio vazio”. Há todo um conjunto de problemas que tiram qualidade de vida aos residentes, e basta falarmos, por exemplo, nas questões do lixo, nas questões da limpeza, que é muito pouco eficaz nas zonas mais procuradas da cidade. -----

----- Eu costumo dizer, um bocadinho meio a brincar e meio a sério, que é não percebo como é que continua a existir tanto lixo e tanta falta de limpeza nas zonas do Cais Sodré, nas zonas da Rua da Boavista, zonas que têm imenso turismo, imensa procura, onde também vivem pessoas, não consigo perceber, porque Lisboa tem um modelo perfeitamente testado na Feira do Relógio, a Feira do Relógio faz mais lixo do que uma noite de sexta ou de sábado no Cais do Sodré, ao domingo, ao fim da tarde está tudo limpo, porque é que ao sábado de manhã, o cheiro é nauseabundo? Porque falta no fundo estabelecer um conjunto de medidas, que são fáceis, são fáceis, que não são sequer muito caras, isso sim, pode melhorar bastante a qualidade de vida das pessoas, não é só pelos turistas, obviamente, mas é pelos residentes. -----

----- Portanto, resumindo, é preciso, também já foi aqui referido, é preciso pensar em termos estratégicos e alterar os procedimentos, porque a cidade cresceu em termos turísticos, a cidade tem neste momento uma procura diferente, e há muitos processos que continuam a ser feitos do mesmo modo, não é só em termos de, não estamos só a falar das questões sociais, essas não vou sequer referir, porque já foram bastante debatidas, mas há todo um conjunto de infraestruturas e de estruturas de suporte, que devem ser melhoradas para acompanhar esta alteração funcional da própria cidade, e são, como eu referia, coisas muito básicas. Ou seja, é preciso antecipar, é preciso preparar e é preciso resolver, não adianta muito continuar a “chorar sobre o leite derramado”, esta nossa realidade, devemos até orgulharmo-nos porque Lisboa, devemos ficar orgulhosos por Lisboa ser, neste momento, uma das cidades mais conceituadas a nível europeu!-----

----- As perspetivas são boas, a Europa do Sul continua a ser uma região em grande crescimento, ao contrário do que alguns previam, há uns anos atrás, no último ano foi mesmo a sub-região do mundo que mais cresceu, portanto, se Lisboa está bem posicionado vai continuar a crescer, portanto, vamos identificar quais são os principais estrangulamentos, nomeadamente, naquilo que são as componentes principais da oferta turística, e vamos atacá-las, por outro lado, vamos antecipá-las e resolvê-las, por outro lado, há parece-me a mim, aqui um problema grande também de concentração!-----

----- Lisboa, é uma cidade que tem os seus monumentos espalhados por várias zonas, não é preciso ficar tudo concentrado nos mesmos locais. E hoje em dia, com a tecnologia, com as *Smart Cities*, com tudo o que existe disponível, não é assim tão complicado pôr as pessoas, portanto, espalhar um pouco mais pela cidade. E aí peço desculpa, mas não há muita atenção, pelo contrário, há até, enfim, talvez por falta de sensibilidade ou por alguma falta de noção, mas se nós virmos, por exemplo, o que aconteceu, há pouco tempo, com a última *Web Summit*, a tendência foi para concentrar todas aquelas pessoas nas mesmas zonas da cidade, nos mesmos locais, incluindo os sítios que estavam aconselhados como o *Night Summit*, e não espalhar, para não haver tanta concentração. Portanto, por um lado a resolução das infraestruturas, por outro lado, o tentar espalhar para evitar, de facto, que se atinja tão facilmente essa coisa que

toda a gente fala, mas que ninguém sabe muito bem quanto é e nem o que é, que é a capacidade de carga, portanto, não me querendo alongar...” -----

----- **O Moderador, Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Eu estou, para contrabalançar um bocado o pendor das intervenções, estou-lhe a dar um tempo a mais, pelo menos igual ao anterior, mas a sua informação de três minutos já vamos em nove, portanto, tem mais um minuto, está bem?” -----

----- **A Senhora Dona Eunice Gonçalves, da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril**, no uso da palavra continuou: -----

----- “ Não, eu termino neste instante, estava a sentir exatamente que estava a chegar o tempo, mas é, no fundo estas três ideias. -----

----- A cidade é um organismo vivo, o turismo está para ficar, e ainda bem que Lisboa é um destino apreciado por turistas, tenho muito orgulho que a minha cidade seja assim, e não a cidade de velha e degradada que existia há alguns anos.-----

----- Agora para que as coisas possam continuar a correr bem, há que antecipar, e há que resolver e limitar o mais possível todos os danos colaterais, digamos assim, que resultam deste processo de adaptação a uma nova função vocativa, Muito obrigada.”

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **O Moderador, Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado. Bom, agora temos inscrito um cidadão, já não vem de uma instituição, o Senhor José António Marin, que vem para falar, três minutos, se faz favor.” -----

----- **O Município, Senhor José António Marin**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde e obrigada.-----

----- Falamos aqui hoje de financeirização, privatizações selvagens, alienação patrimonial, de quem vai poder morar cá, portanto, é preciso haver um aumento adequado do Imposto Turístico, o NRAU foi criado, erraram ao criá-lo, o PS está a eternizar o problema, porque não quer mexer no problema. -----

----- A habitação tem que rimar com regulamentação, no caso dos alojamentos locais, deve ser determinado expressamente que sejam plataformas temporárias de habitação, no máximo até 90 dias, talvez, devem existir quotas por Freguesia e devem ser os fregueses os primeiros a decidir.-----

----- Tudo deve ser subordinado ao poder Autárquico e sobretudo ao povo, às associações e às pessoas que lá moram, devem ser sempre os habitantes a ter a primazia, portanto, o impacto social e a turistificação transformaram Lisboa na Disneylândia dos pastelinhos de Belém, a Disneylândia baratinha para os ricos que nos visitam, especialmente para os portadores do Visto Gold.-----

----- Um Portugal verdadeiramente forte, portanto, não é só Lisboa, sustentável, social e economicamente justo, só será possível quando as pessoas e o seu bem-estar estiverem em primeiro lugar. Precisamos de turismo, mas harmonizado com a vida cidadina, e incluindo quem lá sempre viveu. -----

----- O centro de Lisboa tornou-se ainda mais desconcertado, e para se estar lá, porque cada vez menos diversificado, multicultural e pululando a barafunda do comércio selvagem, que visa única e exclusivamente extorquir o máximo possível.-----

----- Se a opção for tudo ligado ao turismo, desde as lojas de asiáticos, às oficiais portuguesas, passando pelas multinacionais, matando a hipótese de haver um centro diversificado, multicultural, o resultado final será desastroso, mata-se a “galinha dos ovos de ouro”, um terramoto turistificador! -----

----- É preciso tornar a cidade, muito especialmente o centro, num sítio mais agradável para os próprios lisboetas, que será necessariamente melhor para quem nos visitar, eles só cá vêm porque nós cá estamos, de modo a que não acabem irritados com o próprio excesso dos visitantes. -----

----- A privatização do património arquitetónico, para fazer hotéis e *hostels*, o deslocamento do comércio tradicional da população para as periferias, provocam o abandono das zonas não turísticas da cidade, os empregos no setor turístico são precários, têm baixos salários e contratos temporários. -----

----- E agora uma palavra acerca do conceito de centro histórico, eu falei aqui do conceito de turismo, “Ghouta e Marco Polo, esses eram turistas”, portanto, o centro histórico, eu não sei porque é que a zona onde eu moro, de Arroios, concretamente o Bairro de Inglaterra, porque é que não é considerada centro histórico? -----

----- No tempo da Coligação “Morar em Lisboa” foi lá um arquiteto a casa, que disse “Isto aqui ainda não está para cair, a prioridade é Alfama, Castelo...”, eu não tenho nada contra essas zonas, mas eles ali deram cabo do Bairro também, deram cabo dos chalés, deram cabo dos palacetes. -----

----- Agora, desde pequenino sempre tive a noção no que concerne, neste primeiro dia do resto da minha vida. Ali no Bairro de Inglaterra, de onde me querem varrer, e naqueles arredores está o verdadeiro centro, e muitíssimo histórico.-----

-----Primeiro varreram-se os chalés e os palacetes, agora varrem-se os vestígios das lojas, o sítio tornou-se num dormitório, tudo foi e está a ser transformado em habitação, desde os cubículos às padarias, um vale tudo, um imparável vendaval, em que o prédio onde sempre vivi, deste que nasci, há 55 anos, terá a sua subcave habitada, outrora abandonada e cheia de lixo, um armazém projetado em 1969, que jamais chegou a ser transformado numa habitação. -----

----- Tivemos aqui um poderoso debate acerca das normas sísmicas, não sei para que serviu, porque a UTC diz que quem manda na cidade, portanto, que não tem importância, que não, portanto, quem manda na cidade não obriga a que nas habitações antigas sejam respeitadas as normas, portanto, eu não sei para que é que houve aqui o debate, porque não serve para nada! A não ser para ficar, pronto veio cá a Proteção Civil, veio Polícia Municipal, vieram Bombeiros, vieram as Autoridades todas, mas não se faz cumprir nada, portanto, não vai servir de nada. Obrigado pela oportunidade.”-----

INTERVENÇÃO DAS FORÇAS POLÍTICAS

----- **O Moderador, Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado. -----
----- Bom, não estando previsto, apesar de tudo, eu estou aqui a ver alguns membros que integraram o primeiro painel e pergunto, vou começar, aliás, o Doutor Eduardo Miranda está, se quiser usar da palavra, estou-lhe a perguntar mas não sei se está ou não, dou-lhe dois minutos, não estou a ver. -----
----- A Senhora Doutora Filomena Diegues, não sei se está ou não, se quiser usar da palavra também lhe dou, como referência os dois minutos. -----
----- A Senhora Doutora Lurdes Fonseca, se quiser usar da palavra, também não sei se está ou não, também dou. -----
----- A Doutora Teresa Costa Pinto, e estou a vê-la, não considera necessário, muito bem. -----
----- Então fica aqui um grande desafio agora, para pistas de entendimento, face a uma multiplicidade de questões, este Debate serve apenas para nos ajudar a consciencializar para uma situação. Na parte que me toca, enquanto Moderador, entendo que é errado diabolizar uma atividade que é fundamental para a nossa economia, aquilo que é preciso é encontrar a justa medida, para que essa própria atividade não tenha os dias contados, porque a matéria-prima são as pessoas, é o património e as pessoas, e se o nosso património for usado indevidamente e se as pessoas, que são o maior património, ou o património vivo, também desaparecerem, naturalmente, que os fluxos de visitantes que nós temos, vão para fora e vão para outro lado, e acabou-se um bocado a “galinha dos ovos de ouro”, se é assim que é possível dizer. -----
----- Contudo é fácil fazer diagnósticos, penso até que poderá haver uma grande convergência em relação aos diagnósticos, é sempre mais difícil encontrar soluções equilibradas, e certamente que das intervenções que cada um dos Partidos Políticos agora aqui irá fazer, se encontrarão pistas para todos nós podermos perceber quais são os caminhos futuros que se irão trilhar, para enfrentar uma dificuldade que advém, naturalmente, de uma atividade que penso que é unânime, foi considerada por todos, que se encontra desregulada, e aí como disse a Doutora Teresa Costa Pinto, para além da monitorização, a regulação é, de facto, a regulamentação é algo de essencial. -----
----- Eu vou dar a palavra também pela ordem de inscrição, que tenho aqui, que me foi indicada pela Mesa, que recebeu as inscrições, portanto, o primeiro Partido interveniente é o Partido Socialista, pela voz da Senhora Deputada Carla Madeira, e também são três minutos, como referência para a intervenção. Faz o favor Senhora Deputada.” -----
----- **A Senhora Deputada Municipal Carla Madeira (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “Senhor Presidente da Mesa, Senhoras e Senhores Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores. -----
----- O Turismo tem sido determinante para a recuperação da economia portuguesa, em 2017 representou uma receita de 15 mil milhões de euros, mais 20 por cento face a 2016 e representa 50 por cento das exportações de serviços, contribuindo assim em 33 por cento para o aumento das exportações, sendo o segundo motor mais importante da retoma das exportações nacionais. -----

----- Este crescimento tem-se mantido em 2018, segundo o Banco de Portugal, as exportações de viagens e turismo registaram uma subida de 11 por cento, mais 1.098 milhões de euros, face aos primeiros 8 meses de 2017. -----

----- O turismo tem também impactos socioeconómicos importantes, desde logo ao nível do emprego, em 2017 o emprego no setor turístico atingiu o valor mais alto de sempre, com 400 mil trabalhadores. -----

----- Como foi referido ao longo das duas Sessões deste Debate Temático, Lisboa registou uma significativa e profunda transformação nos últimos anos, para a qual o turismo funcionou como um dos seus principais catalisadores, criando novas oportunidades de negócio, novos empreendedores, promovendo o emprego e a economia local, e fomentando a reabilitação e a valorização urbanísticas. Mas aliado aos benefícios que resultaram do seu crescimento, o turismo também teve impactos negativos muito significativos, designadamente, em termos sociais, em particular no domínio da habitação, conforme, aliás, está documentado no estudo sobre as novas dinâmicas residenciais, económicas e urbanísticas do centro histórico de Lisboa, promovido pelas Juntas de Freguesia de São Vicente, de Santa Maria Maior e Misericórdia.-----

----- Morar em Lisboa deixou de estar ao alcance de quem o deseja, o preço do metro quadrado aumentou em média 50 por cento entre 2012 e 2017, e o mercado de arrendamento registou uma queda de 66 por cento, o que contribuiu para o aumento de 35 por cento nas rendas, o que significa valores médios superiores a 1100 euros mês.

----- Neste cenário, o novo regime de arrendamento urbano surgiu como um instrumento perfeito para aumentar substancialmente a facilidade com que as expulsões podem ser realizadas. Como afirmou a Relatora Especial das Nações Unidas para a Habitação Adequada, Leilani Farha, quer na vertente do comércio, quer na função habitacional, o qual resultou na saída de mais de cinco mil residentes do centro histórico de Lisboa.-----

----- Também a nível da higiene urbana, o crescimento do turismo trouxe novos desafios a uma cidade, que viu aumentar substancialmente a quantidade de lixo produzido diariamente, foi aqui referido há pouco por uma munícipe, o aumento do lixo existente no Cais Sodré e na Rua da Boavista, pois estamos precisamente a falar de uma zona que viu triplicar, em poucos anos, a produção de lixo, e garanto que o orçamento da Junta de Freguesia da Misericórdia ainda não triplicou. -----

----- O PS considera que o turismo é um setor um setor estratégico que deve ser promovido e incentivado, todavia a aposta no turismo tem necessariamente de ser acompanhada por uma esta estratégia integrada, que estabeleça e concretize três fatores: equilíbrio, sustentabilidade e garantia do acesso à habitação. -----

----- Compete-nos a nós Autarcas criar as condições para que seja possível a ligação deste setor com a comunidade local, valorizando as evidentes mais-valias do crescimento turístico e equilibrando os seus efeitos negativos. Exemplo disso foi a candidatura aprovada da Freguesia da Misericórdia, ao Programa Valorizar, sob a gestão do Turismo de Portugal, que disponibiliza uma linha de apoio à sustentabilidade, e visa apoiar projetos para a integração entre residentes e turistas,

dinamização económica dos espaços urbanos, e promoção do consumo de produtos locais, pelos visitantes. Assim como para a realização de ações de sensibilização ambiental e social no turismo, iniciativas de valorização da entidade do país, das comunidades locais, e que facilitem o diálogo entre gerações. -----

----- Por outro lado, o conjunto de iniciativas legislativas e as ações do Governo, entre as quais a nova geração de políticas de habitação, revelam a vontade política do PS em alcançar esse desiderato. A Câmara por seu lado já demonstrou partilhar dessa vontade e determinação, designadamente ao apresentar, mesmo antes de estar empossada das novas competências conferidas pela Lei, que estabelece novas regras no Alojamento Local, um estudo que constitui a base de trabalho para o Regulamento Municipal, que irá ser submetido brevemente a esta Assembleia. -----

----- Minhas Senhoras e meus Senhores, estamos perante uma oportunidade, porventura única, para corrigir os erros cometidos, e adotar as medidas ajustadas para garantir a sustentabilidade do turismo, enquanto motor de desenvolvimento, de progresso e de modernização da cidade, reforçando a sua condição, enquanto instrumento de coesão social e do promotor da qualidade de vida dos lisboetas. -----

----- O turismo e os seus diferentes impactos, que são uma matéria complexa, sensível, e de extrema importância, que exige visão estratégica, sentido de responsabilidade e consciência social. -----

----- O futuro depende das decisões e das ações que todos e cada um de nós assumirmos e realizarmos! -----

----- O Grupo Municipal do Partido Socialista estará mais uma vez à altura das suas responsabilidades e, certamente, o tempo irá demonstrar que estamos do lado certo da história. Obrigada.” -----

----- **O Moderador, Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado. -----

----- Agora em representação do Partido Comunista Português, o Senhor Deputado Fernando Correia.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fernando Correia (PCP-Independente)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Ora boa tarde à Mesa, Senhores Deputados, Senhores Convidados. -----

----- Lisboa requalifica-se enquanto cresce como deserto para os lisboetas! Obrigados a abandonar a sua cidade, pela subida significativa dos preços da habitação, tanto de arrendamento como de habitação própria. -----

----- O turismo por si só não pode nem deve ser visto como negativo, o problema é a ausência de políticas públicas, municipais e nacionais, que façam garantir os necessários equilíbrios para que a atividade turística não acabe com o objeto que é motivo de atração, a cidade de Lisboa com a sua identidade e história, a sua população. -----

----- É necessário garantir políticas nacionais de habitação, nomeadamente para a revogação da Lei dos Despejos, já foi tantas vezes hoje aqui falada, e com forte investimento público na habitação, que não permitam livre o caminho para o

especulador, mas as políticas municipais podem e devem também intervir neste domínio, de forma a regular a atividade turística, o licenciamento intensivo de unidades hoteleiras e de alojamento local tem conduzido a uma redução na oferta de habitação, bem como ao aumento do seu custo para níveis inoportáveis, para a generalidade da população local, tendo como consequência a expulsão da população da cidade e o aumento dos preços da habitação. -----

----- O mesmo acontece com o comércio tradicional e de bairro e com as Lojas com História, que não resistem às ações de despejos e a rendas elevadas. Em Lisboa é necessário uma política de licenciamento urbanístico que coloque em primeiro plano, a defesa do direito à habitação, e as necessidades da cidade, de quem vive aqui, de quem aqui vive e nela trabalha, e uma revisão do Plano Diretor Municipal para que este seja efetivamente um instrumento de planeamento. -----

----- O planeamento e o ordenamento da atividade turística devem ter em consideração que existem limites, na utilização do espaço da cidade, por parte da atividade turística, os quais têm expressão no conceito de capacidade de carga turística, ou seja, o número máximo de pessoas que podem visitar determinado local turístico, sem afetar o meio físico, económico ou sociocultural, e sem reduzir de forma inaceitável a qualidade da experiência dos visitantes. -----

----- Em várias cidades, com dinâmicas intensas de turismo, como Amesterdão e Barcelona, foram efetuados estudos para a avaliação dos impactos causados pelo turismo, com base neste conceito da capacidade de carga turística. Na cidade de Lisboa, este desafio implica a integração equilibrada do turismo, com outros setores da economia e sociedade urbanas em geral, a habitação, transportes, energia, resíduos, emprego, etc., mas sobretudo exige que as políticas para o turismo urbano sejam concebidas e integradas no quadro de uma política de desenvolvimento urbano equilibrado, que garanta uma cidade para todos. -----

----- Além da suspensão do licenciamento de novas unidades de alojamento local, nas Freguesias centrais da cidade, para que se proceda um estudo de avaliação dos impactos do turismo a nível local, e cujos resultados devem ser integrados na revisão do PDM, defendemos uma abordagem de prevenção dos impactos negativos do turismo intenso, integrando o já referido conceito de carga, de capacidade de carga turística, nos processos de planeamento e ordenamento da cidade, nas diferentes escalas de planeamento urbano, Plano Diretor Municipal, planos de urbanização e planos de pormenor, enquanto forma de estabelecer os limites críticos, da intensidade turística em Lisboa. -----

----- Propomos ainda a elaboração de uma Carta do Turismo de Lisboa, como instrumento de suporte, ao diagnóstico, planeamento e ordenamento da atividade turística na cidade, que deve servir de base à monitorização dos impactos do turismo, garantindo as condições de acompanhamento e verificação. -----

----- Estas propostas aguardam neste momento o agendamento da sua votação na Câmara Municipal de Lisboa, e vão na sequência da proposta de que os eleitos do PCP já há muito defenderam nesta Assembleia, que se suspenda a atribuição de novas licenças para unidades hoteleiras, enquanto não existir um estudo sobre os impactos

sociais e económicos das existentes, e um plano que garanta o desenvolvimento desta atividade de forma equilibrada. Boa noite.” -----

----- **O Moderador, Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado. -----

----- Agora é a Senhora Deputada Cláudia Madeira, em representação do Partido Ecologista Os Verdes.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada. Boa Tarde caros oradores, representantes de entidades, munícipes e Senhores Deputados. -----

----- Quando falamos em turismo devemos ter presente o conjunto de benefícios que representa, como o crescimento económico, investimento e criação de emprego, apesar de a maioria ser precário, entre outros, mas não se pode descuidar o facto de poder interferir com o funcionamento da cidade, através de processos de turistificação. -----

----- Por isso mesmo, Os Verdes têm defendido um desenvolvimento desta atividade de forma regulada e planeada, compatibilizando-a com as várias funcionalidades da vida na cidade, porque pode ter impactos negativos a nível dos transportes, da higiene urbana, da perda de identidade e da habitação. Levada ao extremo, a carga turística pode mesmo pôr em causa a capacidade de resposta das infraestruturas existentes e o direito à cidade. -----

----- Sobre todos estes aspetos, a Câmara Municipal tem sido chamada a intervir, sem que, contudo, tenha conseguido ou querido dar a devida resposta, comprometendo a sustentabilidade da qualidade de vida dos lisboetas. -----

----- Podemos dar o exemplo da errada opção da linha circular do Metro, que só serve o turismo, e a que a Autarquia deu luz verde sem sequer pestanejar, numa clara obediência ao Governo e negligenciando as necessidades de mobilidade metropolitana da população. -----

----- Também as várias medidas para atrair investimento estrangeiro, a lei das rendas e o PDM, que liberalizou o uso dos solos, têm facilitado a financeirização do imobiliário, agravando o despejo de famílias, de associações e de lojas históricas. -----

----- Sobre isto, para Os Verdes não há a mínima dúvida: é urgente revogar a lei das rendas e rever o PDM, para o adequar às necessidades de Lisboa. -----

----- Apesar de todos os alertas, tanto a Câmara como o Governo foram deixando o desenvolvimento da cidade nas mãos do mercado. É verdade que foram aprovadas algumas medidas, mas claramente insuficientes e que, só por si, funcionam apenas como paliativos. -----

----- Acima de tudo, a Câmara não se pode desresponsabilizar do seu papel na promoção da qualidade de vida, quer se fale de transportes, de habitação, de higiene urbana ou de outros impactos, porque Lisboa não é só um destino turístico, nem uma cidade de consumo. -----

----- Como é na habitação que se têm manifestado consequências mais gravosas, é preciso impedir que o turismo seja sinónimo de segregação residencial e, para tal, a

habitação tem que ser vista pela autarquia como um direito, porque é um direito, e não como mero activo financeiro. -----

----- É preciso travar o urbanismo de mercado, em que tudo serve para fazer negócio, ao mesmo tempo que há pessoas a serem expulsas da cidade. -----

----- A prioridade passa por estudar e monitorizar o turismo, passa por uma política pública de habitação, por saber quantas casas devolutas e quantas pessoas desalojadas existem, por promover uma reabilitação urbana que disponibilize as casas para a generalidade da população, e não só para o grande capital imobiliário, devendo a Câmara requalificar e mobilizar o seu património para arrendamento a custos controlados e por canalizar a taxa turística, para promover a qualidade de vida e a sustentabilidade da cidade, minimizando os impactos do turismo. -----

----- Ou seja, como as prioridades do executivo têm sido outras, há ainda muito a fazer para que Lisboa seja uma cidade para todos, em que seja possível compatibilizar o turismo com a vida na cidade e assegurar não só a sustentabilidade de Lisboa como também a sustentabilidade e a qualidade do próprio turismo. Obrigada.” -----

----- **O Moderador, Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhora Deputada. -----

----- Agora em representação do Bloco de Esquerda, é a senhora Deputada Isabel Pires.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires (BE)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada senhor Presidente, cumprimentar todos e todas aqui presentes. -----

----- De referir neste debate relativamente a três pontos, que nos parecem essenciais e que, em grande medida também acabaram por de alguma forma ser abordados na anterior sessão, que tivemos sobre este tema, mas focado mais especificamente nas questões da especulação imobiliária, mas que, obviamente, não podem estar a desligados deste debate. -----

----- E este debate não serve apenas para sensibilizar para um problema, até porque nos parece que não só Deputados e Deputadas Municipais, mas também associações, conjuntos de moradores, comerciantes e etc., já estamos todos e todas muito sensibilizadas para o problema. A questão aqui e a necessidade destes debates é, de facto, arranjar soluções para um problema que, para alguns de nós tem sido alertado já há muito tempo, para outros apenas recentemente é que se começou a admitir que poderia existir um problema e, de facto, como já dissemos no anterior debate, neste momento, estamos muito atrasados e muito atrasadas nas soluções que são necessárias para a resolução deste problema, nomeadamente, naquilo que é o maior impacto social que esta questão tem, que tem a ver com a habitação dos lisboetas e dos lisboetas, e tem a ver com a escassez, de facto, de habitação que também o turismo massivo que temos em algumas freguesias está a provocar. -----

----- Vimos tarde, parece-nos a nós, para o debate, no entanto, apesar disso, cremos que é possível ainda fazer algum caminho para resolver alguns destes problemas, e agradecer nesta sessão, especificamente, em particular aqui a alguns dados, que foram

indicados pela Doutora Teresa Costa Pinto, que dão um quadro bastante exato daquilo que se está a passar, e já agora um quadro para o qual alguns partidos aqui na Assembleia Municipal, mas também em outras sedes, têm vindo a alertar ao longo de vários anos, mas parece que só agora, com alguns dados e alguns gráficos é que se consegue acreditar que, de facto, estamos perante um problema grave. -----

----- A questão dos despejos, o gráfico foi aqui mostrado, é bastante exemplar disso, mas também o problema da reabilitação do centro, porque tem sido muito dito, e isto prende-se também com as questões da especulação imobiliária, que o grande *boom* de turismo e de alojamento local, também, que ajudou a reabilitar o centro, o problema é que o centro continua vazio de habitantes, aliás, poderemos dizer, tem se calhar menos habitantes, algumas freguesias têm menos habitantes e, portanto, menos eleitores, como os dados por aqui indicados, do que tinha enquanto estava, enquanto os edifícios estavam devolutos. E, portanto, não podemos olhar para estes números, nem podemos olhar para este problema, apenas como conseguimos fazer com que muitos prédios devolutos, no centro da cidade, passassem a ter uma fachada bonita ou passassem a ser prédios que já estão reabilitados. O problema é, o que é que se faz com estes prédios? O que é que queremos do centro da cidade? -----

----- E, portanto, o grande debate sobre a questão do turismo e sobre todos os impactos que tem na vida das cidades, é perceber que tipo de políticas públicas, é que queremos ter, para colmatar, para criar este tal equilíbrio, que muita gente fala deste equilíbrio necessário entre o turismo e a vivência da cidade, a habitação, os serviços, os transportes, etc., mas é impossível chegarmos a esse equilíbrio, se não tivermos políticas públicas fortes, no que toca à habitação, no que toca ao combate à especulação imobiliária, e no que toca também à regulamentação maior de muitas atividades turísticas que, de facto, têm uma implicação direta nas consequências que existem atualmente na cidade. E, portanto, para terminar mesmo, apenas dizer que da parte do Bloco de Esquerda, tanto neste debate, como na sessão anterior, tomámos devida nota de várias propostas, que foram hoje aqui postas em cima da mesa por a cidadãos, por associações, mas também por oradores e oradoras convidadas, e a parece-nos que vai ser importante para o papel que esta Assembleia Municipal vai ter, de não apenas fazer um resumo destes debates de sensibilização, mas de chegarmos a propostas concretas sobre os problemas concretos que existem, e que hoje em dia já ninguém pode ignorar, que o turismo massivo tem nas cidades, especialmente, na questão da habitação e na escassez de habitação da cidade de Lisboa.” -----

----- **O Moderador, Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado. -----

----- Agora chamo o Senhor Deputado Diogo Moura, em representação do CDS-PP, se faz favor.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente da Comissão, Caros Relatores, Caro público. -----

----- Quería, obviamente, felicitar em primeiro lugar a iniciativa da Assembleia e a presença dos Oradores que hoje aqui estiveram a debater este tema. -----

----- Eu vou fazer aqui algumas considerações daquilo que foi o debate de hoje, e as conclusões deixaremos para quando discutirmos um relatório final e, por isso não trago o discurso escrito, mas apenas alguns apontamentos sobre aquilo que foi a evolução, não da discussão, mas das intervenções quer do público, quer dos oradores.-----

----- Em primeiro lugar, quando nós falamos do turismo e de uma alteração, que foi que apresentada em gráfico de 2011 para 2012, nós temos vários fenómenos, tivemos alterações legislativas, tivemos alteração de regulamentação, mas também tivemos do ponto de vista do turismo, tivemos um *boom* que foi internacional e, portanto, não foi só de Lisboa.-----

----- Portanto, a partir do momento em que foram criadas oportunidades em Lisboa, obviamente, houve uma procura na nossa cidade, e essa oportunidade foi criada, e foi criada numa altura em que todos nós concordámos com ela, porque estávamos a sair de um país em bancarrota e, portanto, precisávamos de investimento no país e de entrada de dinheiro. E, portanto, eu acho que o turismo, obviamente, tem fatores positivos e também tem fatores negativos, mas não podemos deixar de realçar, nos positivos a questão da reabilitação urbana, a questão da captação de eventos e de investimento internacional, os milhares de empregos que foram criados pelas várias atividades, e a dinamização do mercado e, nomeadamente na economia partilha.-----

----- Falava aqui uma Senhora sobre os Tuks, para não usar Tuk-Tuk, falava dos Tuks, mas a verdade também é que da parte dos Tuks, que é uma atividade como outra qualquer, nós temos uma falta regulamentação e a Câmara Municipal nesta medida está há quatro anos para fazer regulamentação, que ainda não conseguiu apresentar. -----

----- E depois, obviamente, temos também os factores negativos, que devem ser minimizados por quem tem competências Estatais e Locais, obviamente, que a questão da habitação não pode ser dissociada desta equação, mas ela é um problema maior, e que já vem de trás, e portanto, que não é apenas provocado diretamente pelo turismo.

----- Depois falámos aqui desta turistificação, versus, a gentrificação, a turistificação é uma palavra que tem sempre uma má conotação e convém também perceber o que é que quer dizer gentrificação, portanto, a gentrificação vem muitas vezes da subida dos preços, mas com essa subida também, e é isso que a palavra gentrificação, também vem a subida da qualidade do bairro e, portanto, não há aqui uma relação direta entre estes dois fatores e, portanto, tem aqui outros factos adversos. -----

----- Agora, o turismo tem que ser pensado do ponto de vista, já foi aqui dito, estratégico, uma visão estratégica da cidade, dado que o turismo não pode ser visto aparte daquilo que é um investimento na cultura, naquilo que é o planeamento urbanístico da cidade, naquilo que são as políticas de habitação, e das intervenções em espaço público, e também na nossa economia. E, portanto, para minimizar efeitos, nós vamos ter um regulamento municipal do Alojamento Local, que temos que o ver de forma muito criteriosa, de como é que construímos, temos que ter muito cuidado com ele.-----

----- A questão da taxa turística, ela deve ter um maior impacto e uma maior afetação àquilo que são os impactos negativos do turismo, deve ter uma maior quota de percentagem de afetação a meios de higiene urbana, no mobiliário urbano e também de apoio ao comércio, e de criação de instalações sanitárias, que nós por acaso já aqui apresentámos, porque não foi aqui dito por parte da UACS, mas nós temos uma forte pressão daquilo que são os estabelecimentos comerciais, nomeadamente, restauração, os cafés na Baixa, em que têm uma pressão enorme por parte de turistas, que querem utilizar as casas de banho, porque não existem sanitários públicos suficientes nestas zonas de maior concentração e pressão turística e, portanto, também aí, através da taxa turística deve ser dada uma resposta. -----

----- E depois, obviamente, criar também novas centralidades turísticas e culturais e temos um manancial de exploração quer na zona Oriental da cidade, quer na zona Norte, e isso pode-se fazer de várias formas. -----

----- Depois estivemos também aqui a falar de uma outra questão, que eu acho que um dia podemos fazer um longo debate, é o longo debate que devemos fazer, sobre o que é que nós identificamos por identidade, e eu acho que cada pessoa vai ter uma noção diferente daquilo que é a identidade de Lisboa. Portanto, nós consideramos que devem ser encontrados equilíbrios, eles são difíceis, mas acho que devem ser encontrados, quer na legislação, quer na regulamentação, quer nos incentivos, e esse tem que ser um debate que deve ser feito sem estigmas e sem preconceitos, o turismo, como já falámos, é uma atividade económica fundamental, não só para Lisboa, mas para Portugal, e vê-se o aumento e o investimento que foi feito no país ao longo destes anos. -----

----- Nós da nossa parte, daremos o nosso contributo, sendo que o conselho que deixamos é que este trabalho seja feito em rede, e sejam ouvidas as associações representativas destes vários setores, nomeadamente e, porque tivemos aqui a representante dos comerciantes, há anos que Lisboa espera por um plano de Ordenamento do Urbanismo Comercial e quando falamos do comércio, falamos do comércio da hotelaria, falamos do comércio da restauração, falamos dos pequenos comerciantes, do comércio tradicional, portanto todas aquelas áreas sectoriais micro, dentro do comércio, que têm que ser valorizadas e têm que ser pensadas numa perspetiva única e integrada. Muito obrigado.” -----

----- **O Moderador, Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado. -----

----- Agora para a última intervenção chamo o Senhor Deputado Raúl Santos, do MPT.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Raúl Santos (MPT)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado. Queria também felicitar-nos e felicitar a Assembleia pela realização deste debate. -----

----- Eu disse no último debate, há quinze dias atrás, que guardaria para hoje algumas eventuais conclusões que conseguisse tirar, nós MPT. Há aqui algumas coisas que me

parecem evidentes, há muitos problemas, muitos problemas que, provavelmente, estão a montante do turismo, muitos problemas que nós identificámos, que os nossos convidados identificaram, problemas esses que já existiam, provavelmente, sempre antes do turismo. -----

----- Outra conclusão que me parece que é óbvia, é que não antecipámos, de maneira nenhuma, as consequências do aumento da procura, e o aumento da oferta turística, porque o homem não tem o hábito de modular cenários, e nós não modelámos cenários. Nós partimos muitas vezes do princípio que as coisas se mantêm, com um determinado padrão e aquilo que muitas vezes vamos tentar antecipar, é baseado nesse padrão, sem pensarmos que esse padrão pode mudar e cada vez os padrões, aquilo que eram padrões, mudam mais depressa, daí a urgência de começarmos, de facto modelar cenários. -----

----- Não há regras fixas, não há leis fixas para isso e se não o fizermos corremos riscos, corremos riscos de acontecer aquilo que está a acontecer, neste momento, em que temos que parar para pensar, para regulamentar, porque não o fizemos antes por antecipação. -----

----- Eu diria que os tais problemas colaterais, como a Doutora Eunice Gonçalves há pouco referiu, não foram bem equacionados e agora, obviamente, temos que remediar. Mas se eu consigo tirar algumas destas conclusões, não consigo ver soluções claras, compete-nos a nós, enquanto Assembleia Municipal, compete-nos a nós contribuir para que surjam soluções claras. -----

----- Este debate, espero que possa ter servido para isso, talvez pela minha formação académica, eu acho que não foi propriamente um verdadeiro debate, mas estes formatos levam a isso mesmo, eu senti aqui falta de podermos falar com os nossos convidados, de eles poderem responder a questões que nós colocássemos e talvez isso fosse o mais enriquecedor, eu diria que se calhar, está na altura de pensarmos em mudar o formato destes debates. Eu diria que, se calhar, temos que fazer diferente, que o lema de facto do MPT, e cá estaremos para contribuir de uma forma positiva, para que, de facto, todos estes problemas, e todos estes danos colaterais possam ser antecipados e possam ser resolvidos, antes ainda de acontecerem. Muito obrigado.”--

----- **O Moderador, Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado. -----

----- Aqui fica, a propósito desta última intervenção e desta sugestão final, aqui fica a minha sugestão, aos respetivos líderes de bancada, que devem nas reuniões com a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, nas reuniões de líderes, colocar a questão do formato dos debates, porque certamente poderá ser mais profícuo de outro modo, assim seja combinado entre as direções das bancadas dos partidos políticos, na reunião que têm com a Senhora Presidente da Assembleia Municipal. -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- **O Moderador, Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- Quero naturalmente, agradecer a todos, aqui aos meus companheiros de Mesa, que encarregues de fazer o Relatório, a Senhora Deputada Maria Luísa Aldim, do CDS-PP e o Senhor Deputado Sobreda Antunes, do PEV, que esteve aqui, aliás, com um grande espírito de missão, uma vez que tem que ir para casa, naturalmente, porque tem um familiar doente e, portanto, está dispensado Senhor Deputado, não perca mais tempo, está dispensado. -----

----- E queria, naturalmente, agradecer a todos os nossos oradores convidados, a todas as pessoas que, quer os convidados aqui do painel, quer os convidados que falaram daí, assim como o cidadão que falou, queria, naturalmente, agradecer o contributo que foi dado para a reflexão desta questão, que é muito complexa, que tem diversas vertentes, naturalmente, e que certamente irá suscitar depois aqui no Plenário da Assembleia Municipal, um debate quando for apresentado um Relatório desta Conferência. Muito obrigada a todos e boa noite.” -----

----- A sessão terminou, eram dezanove horas e quarenta e cinco minutos.-----

----- **Nota:** As propostas votadas na presente reunião foram aprovadas, em minuta, nos termos da deliberação n.º 353/AML/2017 tomada pela Assembleia, por unanimidade, na reunião realizada no dia 21 de Novembro de 2017. -----

----- Eu _____, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 6 de Novembro de 2017 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2017. -----

-----O MODERADOR-----

